

# Anais da Assembléia

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 1º DE OUTUBRO DE 1974

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### COMISSÕES PERMANENTES

#### 4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

##### COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

### DIVISÃO DAS COMISSÕES

#### COMISSÕES TÉCNICAS

##### 7.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO LEGISLATIVA

##### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE — Fabiano Braga Cortes

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Ivo Thomazoni — Erondy Silvério — Paulo Camargo — Antônio Lopes Júnior — Wilson Fortes — Antônio Costa — Ovídio Franzoni — Quielise Crisóstomo da Silva — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Luiz Roberto Soares — Borsari Netto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Basílio Zanusso — Marcelano Baraniuk — Iris Mário Caldart — (MDB)

SECRETÁRIO: Rita Celestino Soares

REUNIÕES: As quartas-feiras

##### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE — Ovídio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Borsari Netto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Igo Losso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Marcelano Baraniuk — Antônio Costa — Antônio Belinati (MDB)

SECRETÁRIO: Elcy Silva Baptista

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

##### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Antônio Maciel

VICE-PRESIDENTE: Domicio Scaramella (MDB)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Aryzone Araújo

SUPLENTE: Fuad Nacli — Borsari Netto — Ovídio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris Mário Caldart (MDB)

SECRETÁRIO: Marlene Coulo de Cristo

REUNIÕES: Condicionadas à existência da matéria

##### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Antônio Lopes Júnior

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Olavo Ferreira — Rosário Pitelli — Ivo Rocha

SUPLENTE: Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

## COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Domicio Scaramella (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Gabriel Manoel

Ivo Rocha — Alvaro Dias (MDB) — Iris Mário Caldart (MDB)

SUPLENTE: Antônio Lopes Júnior — Ovídio Franzoni — Maurício

Fruet (MDB) — Antônio Belinati (MDB) — Nelson Buffara (MDB)

SECRETÁRIO: Agildes de Oliveira Martins

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

## COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Aryzone Araújo

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Heroldo Bianchi — Xenofonte Villanueva — David Federmann

SUPLENTE: Marcelano Baraniuk — Antônio Costa — Basílio Zanusso — Aginaldo Pereira Lima — Domicio Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

## COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Marcelano Baraniuk — Wilson Brandão — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Lázaro Dumont — Borsari Netto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

## COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Quielise Crisóstomo da Silva

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Gilberto Carvalho — Igo Losso — Olavo Ferreira — João C. Fadel

SUPLENTE: Paulo Poli — Antônio Maciel — Wilson Fortes — Aginaldo Pereira Lima — Rosário Pitelli — Antônio Lopes Júnior — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Terezinha Barbosa Moura e Claro

REUNIÕES: As terças-feiras

## COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Arthur de Souza

Marcelano Baraniuk — Antônio Costa — Francisco Escorsin — Nelson Buffara (MDB)

SUPLENTE: Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício

Fruet (MDB) — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE: Iris Mário Caldart (MDB)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont —

Antônio Lopes Júnior — Alvaro Dias (MDB)

SECRETÁRIO: Lélio Guimarães Sotomaior

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

## COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Aginaldo Pereira Lima — João Fadel — Arthur de Souza

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Cortes — Antônio Maciel — Quielise Crisóstomo da Silva — Domicio Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: José Tavares Canto Filho

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

## COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Borsari Netto

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Antônio Maciel — Aryzone Araújo — Wilson Brandão —

Wilson Fortes — Domicio Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Roberto Diniz Satyro

Divisão das Comissões, em 16 de abril de 1974.

**4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura**  
**Ata da 165.ª Sessão (Extraordinária)**  
**Realizada em 1.º de Outubro de 1974 (Terça-feira)**

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Gilberto Carvalho e Marciano Baraniuk.

As 14.00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Santos Lima — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Arizone Araújo — Domício Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacil — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Ovídio Franzoni — Paulo Poli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (31); achando-se ausentes os Srs. Deputados: João Mansur — Odilon Reinhardt — Álvaro Dias — Antônio Maciel — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Francisco Escorsin — Ivo Rocha — Leopoldo Jacomet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Paulo Camargo — Quêise Crisóstomo — Rosário Pitelli e Wilson Brandão (16).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA** destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.  
 Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**  
 com a presença de 31 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:  
**DISCUSSÃO ÚNICA** — da Proposição n.º 181-74, Veto aposto ao Projeto de Lei n.º 238-73, de autoria dos Deputados Jorge Sato e Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga a sede do Município de Itambé à rodovia PR-13 — Campo Mourão - Maringá. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — Encerrada a discussão. Em votação. — Mantido o Veto, rejeitado o Projeto.

Nada mais havendo a tratar, declara encerrada a presente Sessão Extraordinária, convocando outra para amanhã, dia 2, quarta-feira, às 14.00 horas com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**  
**DISCUSSÃO ÚNICA** — da Proposição n.º 182-74.  
 Fica marcada ainda, uma Sessão Extraordinária para quinta-feira, dia 3, às 9.30 horas, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**  
**DISCUSSÃO ÚNICA** — da Proposição n.º 183-74.  
 Levanta-se a Sessão.

**4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura**  
**Ata da 166.ª Sessão Ordinária**  
**Realizada em 1.º de Outubro de 1974 (Terça-feira)**

Presidência do Senhor Deputado Santos Lima, Secretariada pelos Senhores Deputados Haroldo Bianchi e Marciano Baraniuk.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Santos Lima — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Arizone Araújo — Domício Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacil — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Ovídio Franzoni — Paulo Poli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (31); achando-se ausentes os seguintes Deputados: João Mansur — Odilon Reinhardt — Álvaro Dias — Antônio Maciel — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Francisco Escorsin — Ivo Rocha — Leopoldo Jacomet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Paulo Camargo — Quêise Crisóstomo — Rosário Pitelli e Wilson Brandão (16).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**  
**MENSAGENS:**  
**MENSAGEM — 58/74**

Curitiba, 11 de setembro de 1974.  
 Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva criar na Procuradoria Geral da Justiça, como integrantes da carreira do Ministério Público, 3 (três) cargos de Curador da Fazenda Pública e 1 (um) cargo de Curador de Órfãos, Ausentes, Interditos e Provedoria, todos de entrância final, a serem preenchidos na forma da lei.

As inclusas cópias autênticas dos Ofícios n.º 983/74, de 29.8.74, do Senhor

Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Justiça e n.º 368/74, de 15-7-74, da Procuradoria Geral da Justiça, dizem com os devidos detalhes, sobre a necessidade, oportunidade e alto interesse público da medida ora submetida a essa Augusta Casa de Leis.

Certo de que o Plano de Lei proposto merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(e) EMÍLIO GOMES — Governador do Estado.

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1.º — Ficam criados na Procuradoria Geral da Justiça, como integrantes da carreira do Ministério Público, 3 (três) cargos de Curador da Fazenda Pública e 1 (um) cargo de Curador de Órfãos, Ausentes, Interditos e Provedoria, todos de entrância final, a serem preenchidos na forma da lei.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DO INTERIOR E JUSTIÇA**

Gabinete

N.º G/983-74

Curitiba 29 de agosto de 1974.

Senhor Governador.

Apraz-me encaminhar a Vossa Excelência, em apenso, expediente da Procuradoria Geral da Justiça que objetiva a criação de cargos de Curadores na Capital do Estado.

O documento em tela, após retratar a situação relativa a Curadores, informa que a atuação de um único representante do Ministério Público para atender aproximadamente trinta mil ações — que a lei impõe a intervenção do Ministério Público — que tramitam nas três Varas da Fazenda Pública está a exigir sejam tomadas inadiáveis providências, somando-se a atual situação os novos encargos deferidos pelos novos códigos de processos.

No entendimento de que a solicitação não só pelo aspecto legal, que obriga uma maior participação do Ministério Público, como por se tratar de medida indispensável e que colocará a Instituição em condições de atender seus encargos, manifesto a Vossa Excelência, Senhor Governador, meu integral apoio às reivindicações constantes do expediente que tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, para as providências que se fizerem necessárias, a fim de que sejam criados três cargos de Curador da Fazenda Pública e um cargo de Curador de Órfãos, Ausentes, Interditos e Provedoria, todos de entrância final e para a Comarca de Curitiba.

Ao ensejo reitero a Vossa Excelência os meus protestos de apreço e consideração.

Zacharias E. Seleme — Secretário de Estado.

**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO**

Gabinete

N.º 368

Curitiba, 15 de julho de 1974.

Senhor Secretário:

1. Tendo em vista o disposto no art. 82, inciso III do Código de Processo Civil vigente, que atribui ao Ministério Público a intervenção "em todas as demais causas em que há interesse público evidenciado pela natureza da lide ou qualidade da parte", e ainda levando em consideração o acúmulo de serviço existente nas 15.ª, 16.ª e 17.ª Varas Cíveis da Comarca de Curitiba, onde o representante do Ministério Público, em virtude do dispositivo legal supra citado, atua em toda a sua plenitude, evidenciada está, desde logo, a necessidade da criação de Curadorias para atender os serviços respectivos.

Assim é que, nos termos do art. 14, inciso VII, do Estatuto, junto às três Varas da Fazenda Pública da Capital (Código de Organização Judiciária, art. 74), atua um só representante do Ministério Público. Tal situação permite razoável funcionamento da Instituição, porque as atribuições da Curadoria da Fazenda Pública eram limitadas.

Com a nova lei processual civil, no entanto, as atribuições do Ministério Público, nesse setor atingiram dimensão amplíssima. Acrescente-se que a participação do Ministério Público nessas causas em que há interesse público se faz imperiosa, sob pena de nulidade absoluta (art. 84 do Código de Processo Civil).

Forçoso se faz que a nova situação seja atendida, pois a prestação jurisdicional que incumbe ao Estado impõe também que sejam oferecidas condições de pleno desenvolvimento do devido processo legal.

Com as certidões ora exibidas, constata-se que nas três Varas da Fazenda Pública da Capital tramitam aproximadamente trinta mil ações que exigem a intervenção do Ministério Público.

Transparece nitidamente que um só Curador não pode dar atendimento a tal volume de trabalho, e muito menos de acompanhar os atos processuais que concomitantemente hão de se desenvolver nas três Varas, além de intervenção nas causas que não tramitam nas Varas da Fazenda Pública, mas em que é assinalável o "interesse público", motivador da atuação do Ministério Público. Defensível pode ser o entendimento de que até nos inventários, em face da posição fazendária, deva intervir o Ministério Público.

A respeito, transcrevemos a observação do Doutor Oscar Xavier de Freitas, Digníssimo Procurador Geral da Justiça do Estado de São Paulo, em estudo publicado na "Tribuna da Justiça", números 734 e 735, onde consta:

"É preciso que estejamos preparados para fazer frente ao acréscimo de trabalho que certamente advirá em escala não pequena com a vigência do artigo 82 do novo Código".

Por conseguinte, faz-se indispensável a criação de três Curadorias da Fazenda Pública na Comarca de Curitiba.

2. Também necessária é a criação de uma Curadoria de Órfãos, Ausentes, Interditos e Provedoria, nesta Capital, com o que estaria a Instituição aparelhada para enfrentar as novas atribuições que lhe são impostas pelo atual Código de Processo Civil, sempre em escala crescente.

3. Em conclusão, encarecemos, pois, a Vossa Excelência, a necessidade de criação imediata de três cargos de Curador da Fazenda Pública a fim de que os serviços correspondentes não sofram solução de continuidade e de um cargo de Curador de Órfãos, Ausentes, Interditos e Provedoria, todos de entrância final, correspondente à Capital do Estado.

Aproveitamos a oportunidade para renovar a Vossa Excelência nossos protestos de estima e consideração.

Acyr Saldanha de Loyola — Procurador Geral da Justiça.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MUNICAGEM — 60/74

Curitiba, 16 de setembro de 1974.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública com os Municípios de Arapoti, Barra do Jacaré, Chopinzinho, Jandaia do Sul, Leopoldina, Marilândia do Sul, São Jerônimo da Serra e Tapejara objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMÍLIO GOMES — Governador do Estado.

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI

— Estado do Paraná —

#### CONVENIO

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Arapoti, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos quatro dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e quatro, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Emílio Carneiro Kluppel, Prefeito Municipal de Arapoti, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 21 da Lei Complementar n.º 2, de 18-06-73 (Lei Orgânica dos Municípios), tendo em vista a autorização governamental de 21-07-72, publicada no Diário Oficial do Estado n.º 102 e tendo em vista a Lei Municipal n.º 7/74, de 06-08-1974, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio, estipular o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA — Objeto do Convênio

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção e preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações da FUNRESPOL (investimento/capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

#### CLÁUSULA SEGUNDA — Definição e Legislação

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — artigo 56), nos termos do artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949, de 13 de novembro de 1962, tem os encargos entre outros de apuração de infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

#### CLÁUSULA TERCEIRA — Execução do Convênio

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal, se compromete a prover:

- a) — A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;
- b) — Os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;
- c) — A não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do Município ou quando recolhidos por razões administrativas, repór de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Arapoti, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

- a) — Diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou seus órgãos;
- b) — Indiretamente mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — O fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos a Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — Pneus e componentes, revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — Conservação e reposição de peças, consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — Conserto e preservação de material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

#### CLÁUSULA QUARTA — Contribuição e Delegação

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

#### CLÁUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

#### CLÁUSULA SEXTA — Vigência

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

#### CLÁUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do Município ou Justiça Pública.

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 04 de julho de 1974.

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança.

Emílio Carneiro Kluppel — Prefeito Municipal.

(Assinatura ilegível) — Testemunha.

(Assinatura ilegível) — Testemunha.

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ

— Estado do Paraná —

#### CONVENIO

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Barra do Jacaré, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos dois dias do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e quatro, no Gabinete do Senhor Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Antônio de Freitas Aguiar, Prefeito Municipal de Barra do Jacaré, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 75 (item VII) da Lei Orgânica dos Municípios e tendo em vista a autorização governamental datada de 22-7-1972, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (Investimento de Capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

#### CLÁUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações:

— A Polícia Civil nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949, de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

#### CLÁUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio:

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

- a) — A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;
- b) — Os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;
- c) — A não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do Município ou quando recolhidos por razões administrativas, repór de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Barra do Jacaré, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do Artigo anterior:

- a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou
- b) — indiretamente mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

#### CLÁUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade para efeito, digo, efetivação deste convênio, processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específico, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

#### CLÁUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

#### CLÁUSULA SEXTA — Vigência:

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

**CLAUSULA SETIMA — Celeridade do Apoio:**

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do Município ou à Justiça Pública.

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais. Curitiba, 02 de maio de 1974.

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública.  
Antônio de Freitas Aguiar — Prefeito Municipal de Barra do Jacaré.  
(Assinatura ilegível) — Testemunha.  
(Assinatura ilegível) — Testemunha.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO**

— Estado do Paraná —

**CONVENIO**

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Chopinzinho, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos nove dias do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e quatro, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Carlos Francisco Cenci, Prefeito Municipal de Chopinzinho, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 21 da Lei Complementar n.º 2 (Lei Orgânica dos Municípios), de 18-06-73, tendo em vista a autorização Governamental de 21-07-72 publicada no Diário Oficial do Estado n.º 102 e tendo em vista a Lei Municipal n.º 412, de 1-0-10-73, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio, estipular o seguinte:

**CLAUSULA PRIMEIRA — Objeto do Convênio**

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção e preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município, no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações da FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

**CLAUSULA SEGUNDA — Definição e Legislação**

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — artigo 56), nos termos do artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949, de 13 de novembro de 1962, tem os encargos, entre outros de apuração de infrações penais e contravenções, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

**CLAUSULA TERCEIRA — Execução do Convênio**

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal, se compromete a prover:

- a) — A Delegacia de Polícia local dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;
- b) — Os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;
- c) — A não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do Município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Chopinzinho, em contra partida, proporcionará os equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

- a) — Diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou seus órgãos;
- b) — Indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;
- I — O fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos competentes locais;
- II — Pneus e componentes, revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;
- III — Conservação e reposição de peças, consertos em geral, retífica ou substituição de motores;
- IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;
- V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;
- VI — Conserto e preservação de material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

**CLAUSULA QUARTA — Contribuição e Delegação**

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

**CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia**

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

**CLAUSULA SEXTA — Vigência**

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

**CLAUSULA SETIMA — Celeridade do Apoio**

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades enquadradas nas cláusulas deste Convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do Município ou Justiça Pública.

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os efeitos legais. Curitiba 09 de maio de 1974.

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança.  
Carlos Francisco Cenci — Prefeito Municipal de Chopinzinho.  
(Assinatura ilegível) — Testemunha.  
(Assinatura ilegível) — Testemunha.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL**

ESTADO DO PARANÁ

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Jandaia do Sul, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos dez dias do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e quatro, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor João Pagliarini, Prefeito Municipal de Jandaia do Sul, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 21 da Lei Complementar n.º 2 de 18.06.73 — (Lei Orgânica dos Municípios), tendo em vista a autorização Governamental de 21.07.72 publicada no Diário Oficial do Estado n.º 102 e tendo em vista a Lei Municipal n.º 773-72 de 25.08.72, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio, estipular o seguinte

**CLAUSULA PRIMEIRA — Objeto do Convênio**

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção e preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações da FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

**CLAUSULA SEGUNDA — Definição e Legislação**

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — artigo 56), nos termos do artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962, tem os encargos entre outros, de apuração de infrações penais e contravenções, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

**CLAUSULA TERCEIRA — Execução do Convênio**

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

- a) — A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;
- b) — Os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;
- c) — A não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Jandaia do Sul, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

- a) — Diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou seus órgãos;
- b) — Indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;
- I — O fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos competentes locais;
- II — Pneus e componentes, revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;
- III — Conservação e reposição de peças, consertos em geral, retífica ou substituições de motores;
- IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;
- V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;
- VI — Conserto e preservação de material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

**CLAUSULA QUARTA — Contribuição e Delegação**

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

**CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia**

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

**CLAUSULA SEXTA — Vigência**

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial do Estado.

**CLAUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio**

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do Município ou Justiça Pública.

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 10 de maio de 1974.  
**Mário Carneiro Portes** — Secretário de Segurança  
**João Pagliarini** — Prefeito Municipal de Jandaia do Sul  
 (Ass. ilegível) — Testemunha  
 (Ass. ilegível) — Testemunha

**PREFEITURA MUNICIPAL DE LEÓPOLIS**  
**ESTADO DO PARANÁ**

**CONVENIO**

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Leopoldo com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e setenta e três, no gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Geraldo Laert Valério, Prefeito Municipal de Leopoldo, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 21 — Lei Complementar n.º 2 — de 18.06.73 (Lei Orgânica dos Municípios), tendo em vista a autorização Governamental de 21.07.72 publicada no Diário Oficial do Estado n.º 102 e tendo em vista a Lei Municipal n.º 50-72 — de 23 de outubro de 1972, resolveram, mediante as Cláusulas do presente termo de convênio, estipular o seguinte:

**CLAUSULA PRIMEIRA — Objeto do Convênio**

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção e preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações da FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

**CLAUSULA SEGUNDA — Definição e Legislação**

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — artigo 56), nos termos do artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962, tem os encargos entre outros, de apuração de infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

**CLAUSULA TERCEIRA — Execução do Convênio**

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil restrita à área geográfica se compromete a prover:

- a) — A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;
- b) — Os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;
- c) — A não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Leopoldo, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

- a) — Diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou seus órgãos;
- I — O fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos a Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;
- II — Pneus e componentes, revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;
- III — Conservação e reposição de peças consertos em geral, retífica ou substituição de motores;
- IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;
- V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;
- VI — Conserto e preservação de material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

**CLAUSULA QUARTA — Contribuição e Delegação**

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à chefia do setor de estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

**CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia**

O presente Convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

**CLAUSULA SEXTA — Vigência**

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

**CLAUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio**

Compromete-se a Municipalidade pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do Município ou Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 21 de novembro de 1973.

**Mário Carneiro Portes** — Secretário de Segurança  
**Geraldo Laert Valério** — Prefeito Municipal de Leopoldo  
 (Ass. ilegível) — Testemunha  
**Silvio Marcos Antunes** — Testemunha

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA DO SUL**  
**ESTADO DO PARANÁ**

**"CONVENIO"**

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Marilândia do Sul, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos vinte e dois (22) dias do mês de abril do ano de mil novecentos e setenta e quatro, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, Senhor Gal. Mário Carneiro Portes, com o Senhor Romeu Beligni, Prefeito Municipal de Marilândia do Sul, Estado do Paraná, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 21 da Lei Complementar n.º 2 de 18.06.73 (da Lei Orgânica dos Municípios), tendo em vista a autorização Governamental de 21.07.72 publicada no Diário Oficial do Estado n.º 102 e tendo em vista a Lei Municipal n.º 07-74 de 22 de abril de 1974, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio, estipular o seguinte:

**CLAUSULA PRIMEIRA — Objeto do Convênio**

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção e preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações da FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

**CLAUSULA SEGUNDA — Definição e Legislação**

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual, artigo 56), nos termos do artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962, tem os encargos entre outros, de apuração de infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

**CLAUSULA TERCEIRA — Execução do Convênio**

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

- a) — A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;
- b) — Os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;
- c) — A não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Marilândia do Sul, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

- a) — Diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal ou seus órgãos;
- b) — Indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;
- I — O fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos a Delegacia de Polícia ou órgãos competentes locais;
- II — Pneus e componentes revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;
- III — Conservação e reposição de peças, consertos em geral, retífica ou substituição de motores;
- IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicações curta e longa distância fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;
- V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;
- VI — Conserto e preservação de material mobiliário e das instalações internas e externas, dos órgãos, locados ou não da Delegacia de Polícia local.

**CLAUSULA QUARTA — Contribuição e Delegação**

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão na forma da legislação fiscal e fazendária para execução e controle específicos, haverá delegação à chefia do setor de estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

**CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia**

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.



# CLAUSULA SEXTA — Vigência

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

# CLAUSULA SETIMA — Celeridade do Apoio

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do Município ou Justiça Pública.

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 22 de abril de 1974.

Mario Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública  
Romeu Beligni — Prefeito Municipal de Marilândia do Sul

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JERONIMO DA SERRA

### CONVENIO

TERMO DE CONVENIO que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, e a manutenção e a conservação dos mesmos.

Aos três dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e quatro, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Jerônimo Teixeira de Avila, Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 21 da Lei Complementar n.º 2 de 18.06.73 — (Lei Orgânica dos Municípios), tendo em vista a autorização Governamental de 21.07.72, publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná, n.º 102 e tendo em vista a Lei Municipal n.º 12-74 de 29.05.74, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de Convênio, estipular o seguinte:

### CLAUSULA PRIMEIRA — Objeto do Convênio

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção e preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo de manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

### CLAUSULA SEGUNDA — Definição e Legislação

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — artigo 56) nos termos do artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962, tem os encargos entre outros, de apuração de infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

### CLAUSULA TERCEIRA — Execução do Convênio

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal, se compromete a prover:

- A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;
- Os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados do Instituto de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;
- A não empregar os veículos que hajam sido objeto deste Convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

- Diretamente através de dotações orçamentárias próprias consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou seus órgãos;
  - Indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas.
- O fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos a Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;
  - Pneus e componentes, revisões periódicas, quando cessada a garantia dos produtores;
  - Conservação e reposição de peças, consertos em geral, retífica ou substituição de motores;
  - Manutenção de aparelhos de radiocomunicações, curta ou longa distância, fixos, móveis ou portáteis, fornecimento de implementos ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;
  - Conserto e preservação de material mobiliário e das instalações, internas e externas dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

### CLAUSULA QUARTA — Contribuição e Delegação

As contribuições da municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária, e, para execução e controle específicos, haverá delegação à chefia do setor de estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

### CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

# CLAUSULA SEXTA — Vigência

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

# CLAUSULA SETIMA — Celeridade do Apoio

Compromete-se a municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do Município ou Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 03 de junho de 1974.

Mario Carneiro Portes — Secretário de Segurança

Jerônimo Teixeira de Avila — Prefeito Municipal de S. Jerônimo da Serra  
(As. ilegível) — 1.ª Testemunha  
(As. ilegível) — 2.ª Testemunha

## PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA ESTADO DO PARANÁ

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Tapejara, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos quatorze dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e quatro, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Noé Caldeira Brant, Prefeito Municipal de Tapejara, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948) e tendo em vista a autorização Governamental datada de 22-07-1972, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de Convênio estipular o que adiante se segue:

### CLAUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio:

- Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.
- Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

### CLAUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

### CLAUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

- A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;
- Os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;
- A não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Tapejara, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

- Diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta orçamentária à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou
  - Indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;
- O fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;
  - Pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;
  - Conservação e reposição de peças; consertos em geral, retífica ou substituição de motores;
  - Manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;
  - Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;
  - Conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

### CLAUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

### CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

### CLAUSULA SEXTA — Vigência

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

**CLÁUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio**

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar a coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais. Curitiba, 17 de julho de 1974.

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança

Noe Caldeira Brant — Prefeito Municipal de Tapejara

(Ass. ilegível) — Testemunha

(Ass. ilegível) — Testemunha

A Comissão de Constituição e Justiça.

**MENSAGEM 61/74**

Curitiba, 16 de setembro de 1974.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas com as Prefeituras Municipais de Bela Vista do Paraíso, Corbélia, Guapirama, Iguaraçu, Matelândia, Paranacity, Porecatu e Santa Cruz de Monte Castelo, objetivando a construção de prédios destinados a Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas nos referidos Municípios.

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso nos próprios textos dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMÍLIO GOMES  
Governador do Estado

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO PARAÍSO**  
**ESTADO DO PARANÁ**

Termo de Convênio como abaixo se declara, entre a Secretaria da Segurança Pública (Polícia Civil), a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, e a Prefeitura Municipal de Bela Vista do Paraíso.

Aos trinta e um dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e quatro, a Secretaria de Segurança Pública do Estado (Polícia Civil), daqui por diante simplesmente denominada "Secretaria da Segurança", representada pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado General Mário Carneiro Portes, e pelo Bacharel Antônio Lopes de Noronha, Diretor da Polícia Civil; a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, daqui por diante simplesmente denominado "Departamento" ou referenciado pela sigla "D.E.O.E.", representado — perante o Exmo. Sr. Secretário de Estado Engenheiro Gerhard Leo Linzmeyer, por seu Diretor Geral, Engenheiro Rolf Lunkmoss de Christo; e a Prefeitura Municipal de Bela Vista do Paraíso, consoante autorização outorgada pela(s) Lei(s) Municipal(is) n.º(s) 877-74 de 07-02-74, daqui por diante simplesmente denominada "Prefeitura Municipal", representada pelo Sr. Prefeito Municipal Geraldo Cardoso, celebraram o presente convênio, à vista do vencido no(s) processo(s) de protocolo(s) n.º(s) 3.849-73 e 7456-73 — D.E.O.E., mediante as cláusulas e condições que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA — Do Objeto e Valor**

1.1 — O objeto do presente convênio é a ampliação do prédio da Delegacia de Polícia e Cadeia da sede do Município de Bela Vista do Paraíso, deste Estado, de acordo com o(s) Projeto(s)/D.E.O.E. n.º(s) 5.806 e a(s) Especificação(ões)/D.E.O.E. n.º(s) 43-73.

1.1.1 — A ampliação ajustada diz respeito a seis celas, duas circulações, seis sanitários, um solário, duas áreas de luz, e três salas para o Serviço de Trânsito, num só pavimento, em dois blocos, paredes em alvenaria de tijolos com núcleo de concreto armado nas dependências para presos, área global de 227,49 m<sup>2</sup>.

1.2 — O valor estimativo da obra objeto do presente convênio é de Cr\$ 244.960,00 (duzentos e quarenta e quatro mil, novecentos e sessenta cruzelros).

**CLÁUSULA SEGUNDA — Da Execução da Obra**

2.1 — A obra será executada por administração direta da Prefeitura Municipal, ou mediante adjudicação por ela formalmente instituída, dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

2.1.1 — No caso de ocorrer a execução da obra por administração direta, a responsabilidade técnica da mesma será atribuída a profissional legalmente habilitado de reconhecida idoneidade e de comprovada capacidade técnica, ressalvada ao Departamento, não obstante, a prerrogativa de exigir da Prefeitura Municipal a sua substituição a qualquer tempo durante a execução, face a razões de ordem técnica, ou outras que a seu critério se imponham.

2.1.2 — No caso de ocorrer a execução da obra mediante adjudicação, esta deverá dar-se a empreiteira legalmente habilitada e de comprovada idoneidade técnica e financeira, a critério e sob a exclusiva responsabilidade da Prefeitura Municipal, ressalvada ao Departamento, não obstante, a prerrogativa de, a qualquer tempo, vedar a execução da obra por empreiteira que esteja com seu direito de licitar e contratar suspenso, perante ele, ou que para isso haja sido declarada inidônea, ou ainda a empreiteira que, no curso da execução, se mostre por qualquer forma deficiente para o perfeito cumprimento da obra.

2.1.3 — O prazo contar-se-á em dias consecutivos, e a partir do 11.º (décimo primeiro) dia após a publicação deste termo no Diário Oficial do Estado.

2.2 — A Prefeitura Municipal será responsável, quanto à execução da obra, pela observância das disposições da legislação vigente disciplinadoras da contratação de serviços, aquisição de materiais e outras, inclusive das que regulam o exercício da Engenharia e Arquitetura, não cabendo à Secretaria da Segurança e ao Departamento qualquer responsabilidade pelo descumprimento, por parte da Prefeitura Municipal, das citadas disposições. A Secretaria da Segurança e o Departamento ficam, identicamente, isentos de toda e qualquer responsabilidade, vínculo ou obrigação de natureza trabalhista, ou concernente à previdência social e a acidentes do trabalho, com relação ao pessoal empregado na obra pela Prefeitura Municipal.

2.3 — A execução da obra será conduzida sob a fiscalização de Engenheiro do Departamento, obrigando-se a Prefeitura Municipal, por si ou pela em-

preiteira a que tiver adjudicado tal execução, a prover-lhe plenas condições para o perfeito desempenho de suas atribuições, e a acatar e cumprir suas determinações de ordem técnica, relativamente à execução da obra dentro da ordenação fixada pelos respectivos projeto(s) e especificação(ões), e com o emprego de materiais e mão-de-obra de 1.ª qualidade.

**CLÁUSULA TERCEIRA — Do Custeio da Obra**

3.1 — O custeio da obra dar-se-á em regime de aplicação conjunta de recursos entre a Secretaria da Segurança e a Prefeitura Municipal partilhando a primeira com a importância de Cr\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil cruzeiros) e a segunda com o "quantum" necessário ao suporte das despesas que excederem àquela importância.

3.1.1 — A participação da Secretaria da Segurança e da Prefeitura Municipal dar-se-á mediante prévios empenhos de verba, sendo o(s) da Prefeitura Municipal à conta de dotação(ões) própria(s), e o(s) da Secretaria da Segurança à conta do Fundo Especial de Reequipamento Policial — FUN-RESPOL (Lei Estadual n.º 6.102, de 27-5-70, parcialmente alterada pela Lei Estadual n.º 6.409, de 13-6-73), tendo sido, quanto a esta, extraído em 26-7-74 o empenho de verba n.º 89-74, no valor de Cr\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil cruzeiros).

3.2 — Os pagamentos à Prefeitura Municipal dar-se-ão por intermédio do Serviço Administrativo do FUNRESPOL, mediante faturamento hábil, em 3 (tres) parcelas distintas assim distribuídas:

3.2.1 — Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) dentro de 15 (quinze) dias corridos contados da publicação deste termo no Diário Oficial do Estado;

3.2.2 — Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros) dentro de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da parcela a que se refere o sub-item anterior;

3.2.3 — Cr\$ 90.000,00 (noventa mil cruzeiros) quando executados 50% (cinquenta por cento), aproximadamente, do cômputo geral da obra.

3.3 — Cada uma das faturas da Prefeitura Municipal reportar-se-á à disposição deste convênio permissiva de sua elaboração e apresentação, devendo a referente ao sub-item 3.2.3 ser necessariamente certificada pelo Engenheiro encarregado da fiscalização da obra.

3.4 — Para efeito de comprovação da regular aplicação do numerário recebido da Secretaria da Segurança, e da efetiva satisfação de sua contrapartida, a Prefeitura Municipal desenvolverá a obra de modo a possibilitar ao Engenheiro encarregado da fiscalização proceder e atestar às seguintes medições de serviços executados satisfatoriamente:

3.4.1 — Em 30 (trinta) dias: — Serviços preliminares — terraplenagem 100%; fundações — baldrame 66%;

3.4.2 — Em 60 (sessenta) dias: — Fundações — baldrame 100%; pilares, vigas 66%; alvenaria de tijolos, cintas e vergas 25%;

3.4.3 — Em 80 (noventa) dias: — Pilares, vigas 100%; alvenaria de tijolos — cintas-vergas 100%; lage do forro 33%; instalações elétrica e hidráulica 25%;

3.4.4 — Em 120 (cento e vinte) dias: — Lage do forro 100%; armação do telhado 66%; instalações elétrica e hidráulica 66%; esquadrias metálicas 100%; revestimento das paredes 40%; revestimento dos tetos e pisos 20%;

3.4.5 — Em 150 (cento e cinquenta) dias: — Armação do telhado 100% cobertura-funilaria 100%; revestimento das paredes 100%; revestimento dos tetos e pisos 100%;

3.4.6 — Em 180 (cento e oitenta) dias: — Esquadrias de madeira 100%; instalações elétrica e hidráulica 100%; pintura e acabamento geral 100%, com plenas condições de ser recebida a obra em conformidade com o disposto na cláusula seguinte.

3.5 — Em ocorrendo a rescisão unilateral de que trata a Cláusula Sexta por culpa da Prefeitura Municipal, ficará a mesma obrigada a restituir à Secretaria da Segurança (FUNRESPOL) o numerário dela recebido, e pelo "quantum" que não haja sido aplicado satisfatoriamente, calculado este em função de orçamento da parte executada da obra, dele descontado o percentual correspondente à contrapartida da Prefeitura Municipal.

**CLÁUSULA QUARTA — Do Recebimento da Obra**

4.1 — Após concluída a obra será vistoriada por intermédio de Comissão composta por dois Engenheiros do Departamento e por uma autoridade policial com qualificação e credenciamento do Diretor da Polícia Civil, ocorrendo o seu formal recebimento somente quando, a juízo de tal Comissão, se apresentarem perfeitas condições, segundo os respectivos projetos e especificações.

4.1.1 — Formalizado o recebimento da obra, da Prefeitura Municipal, o Departamento fará a entrega da mesma à Secretaria da Segurança, para efeito da imediata utilização do prédio de seu objeto, por esta, dentro das finalidades de sua destinação.

**CLÁUSULA QUINTA — Da Placa Indicativa**

5.1 — Simultaneamente ao início da obra a Prefeitura Municipal providenciará e colocará, em local de sua execução que propicie fácil visibilidade, placa indicativa com as referências necessárias à divulgação do empreendimento e deste seu convênio.

5.1.1 — A placa será confeccionada segundo modelo a ser fornecido pelo Departamento, devidamente aprovado pela Secretaria da Segurança.

**CLÁUSULA SEXTA — Da Rescisão do Convênio**

6.1 — O presente convênio poderá ser rescindido por mútuo acordo entre as partes, mediante condições previamente estabelecidas, assim como poderá — independentemente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial — ser rescindido por uma das partes perante o descumprimento, por qualquer das outras, das obrigações assumidas neste instrumento.

**CLÁUSULA SÉTIMA — Do Foro**

7.1 — Para dirimir as questões que resultem deste convênio as partes elegem o Foro desta cidade de Curitiba Capital do Estado do Paraná, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**CLÁUSULA OITAVA — Das Disposições Subsidiárias**

8.1 — Para a solução dos casos não regulados pelas cláusulas deste convênio serão aplicadas, subsidiariamente, as disposições cabíveis das leis e dos decretos em vigor.

E, por se acharem de pleno acordo, assinam os representantes legais das partes este convênio, em 8 (oito) vias de igual teor e forma.

Mário Carneiro Portes — Secretário da Segurança Pública do Estado,  
Gerhard Leo Linzmeyer — Secretário de Viação e Obras Públicas do Estado.

Geraldo Cardoso — Prefeito Municipal de Bela Vista do Paraíso.

Antônio Lopes de Noronha — Diretor da Polícia Civil.

Rolf Lunkmoss de Christo — Diretor Geral do D.E.O.E.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORBÉLIA  
ESTADO DO PARANÁ

Termo de Convênio, como abaixo se declara, entre a Secretaria da Segurança Pública (Polícia Civil), a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, e a Prefeitura Municipal de Corbélia.

Aos quatro dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e quatro, a Secretaria da Segurança Pública do Estado (Polícia Civil), daqui por diante simplesmente denominada "Secretaria da Segurança", representada pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado General Mário Carneiro Portes e pelo Bacharel Antônio Lopes de Noronha, Diretor da Polícia Civil; a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, daqui por diante simplesmente denominado "Departamento" ou referenciado pela sigla "D.E.O.E.", representado — perante o Exmo. Sr. Secretário de Estado, Engenheiro Gerhard Leo Linzmeyer — por seu Diretor Geral, Engenheiro Rolf Lunkmoss de Christo; e a Prefeitura Municipal de Corbélia, consoante autorização outorgada pela(s) Lei(s) Municipal(ais) n.º(s) 05/74, de 20-3-74, daqui por diante simplesmente denominada "Prefeitura Municipal", representada pelo Sr. Prefeito Municipal, José Miron Muller, celebraram o presente convênio, à vista do vencido no(s) processo(s) de protocolo(s) n.º(s) 7.415/73-D.E.O.E., mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA — Do Objeto e Valor

1.1 — O objeto do presente convênio é a construção, na sede do Município de Corbélia, de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia, de acordo com a ordenação técnica constante do(s) Projeto(s)/D.E.O.E. n.º(s) 5.785 e 5.776 (02 a 04) e da(s) Especificação(ões)/D.E.O.E. n.º(s) 26/73.

1.1.1 — A obra diz respeito à construção de prédio térreo em alvenaria de tijolos na parte administrativa e em concreto armado na parte das celas (4), área global de 291,69 m<sup>2</sup> (duzentos e noventa e um metros e sessenta e nove decímetros quadrados).

1.1.2 — Consideram-se incluídos na obra todos os complementos necessários, tais como muros (Projeto/D.E.O.E. n.º 5.328 e Especificações/D.E.O.E. n.ºs 27 e 28/71), acessos e passeios ajardinamento, e todos os serviços, externos ao prédio, indispensáveis ao perfeito funcionamento de suas instalações.

1.2 — O valor estimativo da obra objeto do presente convênio é de Cr\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil cruzeiros).

CLÁUSULA SEGUNDA — Da Execução da Obra

2.1 — A execução da obra dar-se-á em terreno de propriedade do Estado do Paraná, adquirido por escritura pública de doação transcrita sob n.º 38.130 no Livro 3-BH de Transcrição de Transmissões do Registro de Imóveis da Comarca de Cascavel, terreno esse constituído de uma área de terras medindo 4.436,60 m<sup>2</sup> (quatro mil, quatrocentos e trinta metros quadrados), consistente da Quadra n.º 153 (cento e cinquenta e três) da Planta de Loteamento da cidade de Corbélia.

2.2 — A obra será executada por administração direta da Prefeitura Municipal, ou mediante adjudicação por ela formalmente instituída, dentro do prazo de 210 (duzentos e dez) dias.

2.2.1 — No caso de ocorrer a execução da obra por administração direta, a responsabilidade técnica da mesma será atribuída a profissional legalmente habilitado, de reconhecida idoneidade e de comprovada capacidade técnica, ressalvada ao Departamento, não obstante, a prerrogativa de exigir da Prefeitura Municipal a sua substituição a qualquer tempo durante a execução, face a razões de ordem técnica, ou outras, que a seu critério se imponham.

2.2.2 — No caso de ocorrer a execução da obra mediante adjudicação, esta deverá dar-se a empreiteira legalmente habilitada e de comprovada idoneidade técnica e financeira, a critério e sob a exclusiva responsabilidade da Prefeitura Municipal, ressalvada ao Departamento, não obstante a prerrogativa de, a qualquer tempo, vedar a execução da obra por empreiteira que esteja com seu direito de licitar suspenso, perante ele, ou que haja sido declarada inidônea para licitar na Administração Estadual, ou ainda a empreiteira que, no curso da execução, se mostre por qualquer forma deficiente para o perfeito cumprimento da obra.

2.2.3 — O prazo contar-se-á em dias consecutivos, e a partir do 11.º (décimo primeiro) dia após a assinatura do presente convênio.

2.3 — A Prefeitura Municipal será responsável, quanto à execução da obra, pela observância das disposições da legislação vigente disciplinadoras da contratação de serviços, aquisição de materiais e outras, inclusive das que regulam o exercício da Engenharia e Arquitetura, não cabendo à Secretaria da Segurança e ao Departamento qualquer responsabilidade pelo descumprimento, por parte da Prefeitura Municipal, das citadas disposições. A Secretaria da Segurança e o Departamento ficam, idênticamente, isentos de toda e qualquer responsabilidade, vínculo ou obrigação de natureza trabalhista, ou concernente à previdência social e a acidentes do trabalho, com relação ao pessoal empregado na obra pela Prefeitura Municipal.

2.4 — A execução da obra será conduzida sob a fiscalização de Engenheiro do Departamento, obrigando-se a Prefeitura Municipal, por si ou pela empreiteira a que tiver adjudicado tal execução, a prover-lhe plenas condições para o perfeito desempenho de suas atribuições, e a acatar e cumprir suas determinações de ordem técnica, relativamente à execução da obra dentro da ordenação fixada pelos respectivos projetos e especificações, e com o emprego de materiais e mão-de-obra de 1.ª qualidade.

CLÁUSULA TERCEIRA — Do Custeio da Obra

3.1 — O custeio da obra dar-se-á em regime de aplicação conjunta de recursos entre a Secretaria da Segurança e a Prefeitura Municipal, participando cada uma delas com 50% (cinquenta por cento) do valor estimativo determinado na Cláusula Primeira, item 1.2.

3.1.1 — A participação da Secretaria da Segurança e da Prefeitura Municipal dar-se-á mediante prévios empenhos de verba, sendo o(s) da Prefeitura Municipal à conta de dotação(ões) própria(s), e o(s) da Secretaria da Segurança à conta do Fundo Especial de Recuperação Policial — FUNRESPOL (Lei Estadual n.º 6.102, de 27-5-70, parcialmente alterado pela Lei Estadual n.º 6.499, de 13-6-73) tendo sido, quanto a esta, extraído em 20-5-74 o empenho de verba n.º 52/74, no valor de Cr\$ 130.000,00 (cento e trinta mil cruzeiros).

3.2 — Os pagamentos à Prefeitura Municipal dar-se-ão por intermédio do Serviço Administrativo do FUNRESPOL, mediante faturas devidamente certificadas pelo Engenheiro encarregado da fiscalização da obra e regularmente processadas junto ao Departamento, em 6 (seis) parcelas distintas, assim distribuídas:

3.2.1 — 15% (quinze por cento) do valor total da participação financeira da Secretaria da Segurança quando executadas, na obra a locação, a terraplenagem, as fundações e as vigas de baldrame (Cr\$ 19.500,00).

3.2.2 — 20% (vinte por cento) quando executados a alvenaria de tijolos, os pilares, as vigas, as cintas e as vergas (Cr\$ 26.000,00).

3.2.3 — 20% (vinte por cento) quando executadas a armação do telhado, a cobertura, a funilaria e as lages (Cr\$ 26.000,00).

3.2.4 — 20% (vinte por cento) quando executadas as instalações hidráulica e elétrica, e as esquadrias (Cr\$ 26.000,00).

3.2.5 — 20% (vinte por cento) quando executados os revestimentos dos pisos, paredes e tetos, e a pintura (Cr\$ 26.000,00).

3.2.6 — 5% (cinco por cento) quando integralmente executada a obra e recebida em conformidade com o disposto na cláusula seguinte (Cr\$ 6.500,00).

CLÁUSULA QUARTA — Do Recebimento da Obra

4.1 — Após concluída, a obra será vistoriada por intermédio de Comissão composta por dois Engenheiros do Departamento e por uma autoridade policial com qualificação e credenciação do Diretor da Polícia Civil, ocorrendo o seu formal recebimento somente quando, a juízo de tal Comissão, se apresentarem em perfeitas condições, segundo os respectivos projetos e especificações.

4.1.1 — Formalizado o recebimento da obra, da Prefeitura Municipal, o Departamento fará a entrega da mesma à Secretaria da Segurança, para efeito da imediata utilização do prédio de seu objeto, por esta, dentro das finalidades de sua destinação.

CLÁUSULA QUINTA — Da Placa Indicativa

5.1 — Simultaneamente ao início da obra a Prefeitura Municipal providenciará a colocação, em local de sua execução que propicie fácil visibilidade, placa indicativa com as referências necessárias à divulgação do empreendimento e deste seu convênio.

5.1.1 — A placa será confeccionada segundo modelo a ser fornecido pelo Departamento, devidamente aprovado pela Secretaria da Segurança.

CLÁUSULA SEXTA — Da Rescisão do Convênio

6.1 — O presente convênio poderá ser rescindido por mútuo acordo entre as partes, mediante condições previamente estabelecidas, assim como poderá — independentemente de prévia notificação ou interposição judicial ou extrajudicial — ser rescindido por uma das partes perante o descumprimento, por qualquer das outras, das obrigações assumidas neste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA — Do Foro

7.1 — Para dirimir as questões que resultem deste convênio as partes elegem o Foro desta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA OITAVA — Das Disposições Subsidiárias

8.1 — Para a solução dos casos não regulados pelas cláusulas deste convênio serão aplicadas, subsidiariamente, as disposições cabíveis das leis e dos decretos em vigor.

L, por se acharem de pleno acordo, assinam os representantes legais das partes este convênio, em 8 (oito) vias de igual teor e forma.

Mário Carneiro Portes — Secretário da Segurança Pública do Estado,  
Gerhard Leo Linzmeyer — Secretário de Viação e Obras Públicas do Estado.

José Miron Muller — Prefeito Municipal de Corbélia,  
Antônio Lopes de Noronha — Diretor da Polícia Civil,  
Rolf Lunkmoss de Christo — Diretor Geral do D.E.O.E.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIRAMA  
ESTADO DO PARANÁ

Termo de Convênio, como abaixo se declara, entre a Secretaria da Segurança Pública (Polícia Civil), a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, e a Prefeitura Municipal de Guapirama.

Aos quatro dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e quatro, a Secretaria da Segurança Pública do Estado (Polícia Civil), daqui por diante simplesmente denominada "Secretaria da Segurança", representada pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado, General Mário Carneiro Portes e pelo Bacharel Antônio Lopes de Noronha, Diretor da Polícia Civil; a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, daqui por diante simplesmente denominado "Departamento" ou referenciado pela sigla "D.E.O.E.", representado — perante o Exmo. Sr. Secretário de Estado, Engenheiro Gerhard Leo Linzmeyer — por seu Diretor Geral, Engenheiro Rolf Lunkmoss de Christo; e a Prefeitura Municipal de Guapirama, consoante autorização outorgada pela(s) Lei(s) Municipal(ais) n.º(s) 09/73, de 29-9-73, daqui por diante simplesmente denominada "Prefeitura Municipal", representada pelo Sr. Prefeito Municipal, Metódio Bubina, celebraram o presente convênio, à vista do vencido no(s) processo(s) de protocolo(s) n.º(s) 325/74, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA — Do Objeto e Valor

1.1 — O objeto do presente convênio é a construção, na sede do Município de Guapirama, de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia, de acordo com a ordenação técnica constante do(s) Projeto(s)/D.E.O.E. n.º(s) 5.787 e 5.776 (02 a 04) e da(s) Especificação(ões)/D.E.O.E. n.º(s) 26/73.

1.1.1 — A obra diz respeito à construção de prédio térreo em alvenaria de tijolos na parte administrativa e em concreto armado na parte das celas (4), área global de 135,00 m<sup>2</sup> (cento e trinta e cinco metros quadrados).

1.1.2 — Consideram-se incluídos na obra todos os complementos necessários, tais como muros (Projeto/D.E.O.E. n.º 5.328 e Especificações/D.E.O.E. n.ºs 27 e 28/71), acessos e passeios, ajardinamento, e todos os serviços, externos ao prédio, indispensáveis ao perfeito funcionamento de suas instalações.

1.2 — O valor estimativo da obra objeto do presente convênio é de Cr\$ 130.000,00 (cento e trinta mil cruzeiros).

CLÁUSULA SEGUNDA — Da Execução da Obra

2.1 — A execução da obra dar-se-á em terreno de propriedade do Estado do Paraná, adquirido por escritura pública de doação transcrita sob n.º 8.717 no Livro 3-I de Transcrição das Transmissões do Registro de Imóveis da Comarca de Joaquim Távora, terreno esse constituído do lote n.º 6 (seis) da quadra "N" do loteamento denominado Patrimônio de Guapirama, atual sede do Município de Guapirama, com área de 982,30 m<sup>2</sup> (novecentos e oitenta e dois metros e trinta decímetros quadrados).



2.2 — A obra será executada por administração direta da Prefeitura Municipal ou mediante adjudicação por ela formalmente instituída, dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

2.2.1 — No caso de ocorrer a execução da obra por administração direta, a responsabilidade técnica da mesma será atribuída a profissional legalmente habilitado, de reconhecida idoneidade e de comprovada capacidade técnica, ressalvada ao Departamento, não obstante, a prerrogativa de exigir da Prefeitura Municipal a sua substituição a qualquer tempo durante a execução, face a razões de ordem técnica, ou outras que a seu critério se imponham.

2.2.2 — No caso de ocorrer a execução da obra mediante adjudicação, esta deverá dar-se a empreiteira legalmente habilitada e de comprovada idoneidade técnica e financeira, a critério e sob a exclusiva responsabilidade da Prefeitura Municipal, ressalvada ao Departamento, não obstante, a prerrogativa de, a qualquer tempo, vedar a execução da obra por empreiteira que esteja com seu direito de licitar suspenso, perante ele, ou que haja sido declarada inidônea para licitar na Administração Estadual, ou ainda a empreiteira que, no curso da execução, se mostre por qualquer forma deficiente para o perfeito cumprimento da obra.

2.2.3 — O prazo contar-se-á em dias consecutivos, e a partir do 11.º (décimo primeiro) dia após a assinatura do presente convênio.

2.3 — A Prefeitura Municipal será responsável quanto à execução da obra, pela observância das disposições da legislação vigente disciplinadoras da contratação de serviços, aquisição de materiais, e outras, inclusive das que regulam o exercício da Engenharia e Arquitetura, não cabendo à Secretaria da Segurança e ao Departamento qualquer responsabilidade pelo descumprimento, por parte da Prefeitura Municipal, das citadas disposições. A Secretaria da Segurança e o Departamento ficam, idênticamente, isentos de toda e qualquer responsabilidade, vínculo ou obrigação de natureza trabalhista, ou concernente à previdência social e a acidentes do trabalho, com relação ao pessoal empregado na obra pela Prefeitura Municipal.

2.4 — A execução da obra será conduzida sob a fiscalização de Engenheiro do Departamento, obrigando-se a Prefeitura Municipal, por si ou pela empreiteira a que tiver adjudicado tal execução, a prover-lhe plenas condições para o perfeito desempenho de suas atribuições e a acatar e cumprir suas determinações de ordem técnica, relativamente à execução da obra dentro da ordenação fixada pelos respectivos projetos e especificações, e com o emprego de materiais e mão-de-obra de 1.ª qualidade.

#### CLÁUSULA TERCEIRA — Do Custeio da Obra

3.1 — O custeio da obra dar-se-á em regime de aplicação conjunta de recursos entre a Secretaria da Segurança e a Prefeitura Municipal, participando cada uma delas com 50% (cinquenta por cento) do valor estimativo determinado na Cláusula Primeira, item 1.2.

3.1.1 — A participação da Secretaria da Segurança e da Prefeitura Municipal dar-se-á mediante prévios empenhos de verba, sendo o(s) da Prefeitura Municipal à conta de dotação(ões) própria(s), e o(s) da Secretaria da Segurança à conta do Fundo Especial de Reequipamento Policial — FUNRESPOL (Lei Estadual n.º 6.102, de 27-5-70, parcialmente alterada pela Lei Estadual n.º 6.409, de 13-6-73), tendo sido, quanto a esta, extraído em 25-5-74 o empenho de verba n.º 53/74, no valor de Cr\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil cruzeiros).

3.2 — Os pagamentos à Prefeitura Municipal dar-se-ão por intermédio do Serviço Administrativo do FUNRESPOL, mediante faturas devidamente certificadas pelo Engenheiro encarregado da fiscalização da obra e regularmente processadas junto ao Departamento, em 6 (seis) parcelas distintas, assim distribuídas:

3.2.1 — 15% (quinze por cento) do valor total da participação financeira da Secretaria da Segurança quando executadas, na obra, a locação, a terraplenagem, as fundações e as vigas de baldrame (Cr\$ 9.750,00).

3.2.2 — 20% (vinte por cento) quando executados a alvenaria de tijolos, os pilares, as vigas, as cintas e as vergas (Cr\$ 13.000,00).

3.2.3 — 20% (vinte por cento) quando executadas a armação do telhado, a cobertura, a funilaria e as lages (Cr\$ 13.000,00).

3.2.4 — 20% (vinte por cento) quando executadas as instalações hidráulica e elétrica, e as esquadrias (Cr\$ 13.000,00).

3.2.5 — 20% (vinte por cento) quando executados os revestimentos dos pisos, paredes e tetos, e a pintura (Cr\$ 13.000,00).

3.2.6 — 5% (cinco por cento) quando integralmente executada a obra e recebida em conformidade com o disposto na cláusula seguinte (Cr\$ 3.250,00).

#### CLÁUSULA QUARTA — Do Recebimento da Obra

4.1 — Após concluída, a obra será vistoriada por intermédio de Comissão composta por dois Engenheiros do Departamento e por uma autoridade policial com qualificação e credenciação do Diretor da Polícia Civil, ocorrendo o seu formal recebimento somente quando a juízo de tal Comissão, se apresentarem em perfeitas condições, segundo os respectivos projetos e especificações.

4.1.1 — Formalizado o recebimento da obra, da Prefeitura Municipal, o Departamento fará a entrega da mesma à Secretaria da Segurança, para efeito da imediata utilização do prédio de seu objeto, por esta, dentro das finalidades de sua destinação.

#### CLÁUSULA QUINTA — Da Placa Indicativa

5.1 — Simultaneamente ao início da obra a Prefeitura Municipal providenciará a colocação, em local de sua execução que propicie fácil visibilidade, placa indicativa com as referências necessárias à divulgação do empreendimento e deste seu convênio.

5.1.1 — A placa será confeccionada segundo modelo a ser fornecido pelo Departamento, devidamente aprovado pela Secretaria da Segurança.

#### CLÁUSULA SEXTA — Da Rescisão do Convênio

6.1 — O presente convênio poderá ser rescindido por mútuo acordo entre as partes, mediante condições previamente estabelecidas, assim como poderá — independentemente de prévia notificação ou interposição judicial ou extrajudicial — ser rescindido por uma das partes perante o descumprimento, por qualquer das outras, das obrigações assumidas neste instrumento.

#### CLÁUSULA SÉTIMA — Do Foro

7.1 — Para dirimir as questões que resultem deste convênio as partes elegem o Foro desta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### CLÁUSULA OITAVA — Das Disposições Subsidiárias

8.1 — Para a solução dos casos não regulados pelas cláusulas deste convênio serão aplicadas, subsidiariamente, as disposições cabíveis das leis e dos decretos em vigor.

E, por se acharem de pleno acordo, assinam os representantes legais das partes este convênio em 8 (oito) vias de igual teor e forma.

Mário Carneiro Portes — Secretário da Segurança Pública do Estado.  
Gerhard Leo Linzmeyer — Secretário de Viação e Obras Públicas do Estado.

Metódio Bubina — Prefeito Municipal de Guapirama.

Antônio Lopes de Noronha — Diretor da Polícia Civil.

Rolf Lunkenoss de Christo — Diretor Geral do D.E.O.E.

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU ESTADO DO PARANÁ

Termo de Convênio, como abaixo se declara entre a Secretaria da Segurança Pública (Polícia Civil), a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, e a Prefeitura Municipal de Iguaçu.

Aos quatro dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e quatro, a Secretaria da Segurança Pública do Estado (Polícia Civil), daqui por diante simplesmente denominada "Secretaria da Segurança", representada pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado General Mário Carneiro Portes, e pelo Bacharel Antônio Lopes de Noronha, Diretor da Polícia Civil; a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, daqui por diante simplesmente denominado "Departamento" ou referenciado pela sigla "D.E.O.E.", representado — perante o Exmo. Sr. Secretário de Estado, Engenheiro Gerhard Leo Linzmeyer, por seu Diretor Geral, Engenheiro Rolf Lunkenoss de Christo; e a Prefeitura Municipal de Iguaçu, consoante autorização outorgada pela(s) Lei(s) Municipal(ais) n.º(s) 03/74, de 05-3-74, daqui por diante simplesmente denominada "Prefeitura Municipal", representada pelo Sr. Prefeito Municipal, João de Paula Rodrigues Júnior, celebraram o presente convênio, à vista do vencido no(s) processo(s) de protocolo(s) n.º(s) 6.208/73-D.E.O.E., mediante as cláusulas e condições que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA — Do Objeto e Valor

1.1 — O objeto do presente convênio é a construção, na sede do Município de Iguaçu, de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia, de acordo com a ordenação técnica constante do(s) Projeto(s)/D.E.O.E. n.º(s) 5.787 e 5.776 (02 a 04) e da(s) Especificação(ões)/D.E.O.E. n.º(s) 26/73.

1.1.1 — A obra diz respeito à construção de prédio térreo em alvenaria de tijolos na parte administrativa e em concreto armado na parte das celas (4), área global de 135,00 m<sup>2</sup> (cento e trinta e cinco metros quadrados).

1.1.2 — Consideram-se incluídos na obra todos os complementos necessários, tais como muros (Projeto/D.E.O.E. n.º 5.328 e Especificações/D.E.O.E. n.ºs 27 e 28/71) acessos e passeios, ajardinamento, e todos os serviços, externos ao prédio, indispensáveis ao perfeito funcionamento de suas instalações.

1.2 — O valor estimativo da obra objeto do presente convênio é de Cr\$ 110.000,00 (cento e dez mil cruzeiros).

#### CLÁUSULA SEGUNDA — Da Execução da Obra

2.1 — A execução da obra dar-se-á em terreno de propriedade do Estado do Paraná, adquirido por escritura pública de doação transcrita sob n.º 1.509 no Livro 3 de Transcrição das Transmissões do 2.º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Astorga, terreno esse constituído das datas de terras nrs. 1 (um) e 2 (dois) da quadra n.º 17 (dezesete) da planta da cidade de Iguaçu, com a área total de 875,00 m<sup>2</sup> (oitocentos e setenta e cinco metros quadrados).

2.2 — A obra será executada por administração direta da Prefeitura Municipal ou mediante adjudicação por ela formalmente instituída, dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

2.2.1 — No caso de ocorrer a execução da obra por administração direta, a responsabilidade técnica da mesma será atribuída a profissional legalmente habilitado, de reconhecida idoneidade e de comprovada capacidade técnica, ressalvada ao Departamento, não obstante, a prerrogativa de exigir da Prefeitura Municipal a sua substituição a qualquer tempo durante a execução, face a razões de ordem técnica, ou outras que a seu critério se imponham.

2.2.2 — No caso de ocorrer a execução da obra mediante adjudicação, esta deverá dar-se a empreiteira legalmente habilitada e de comprovada idoneidade técnica e financeira, a critério e sob a exclusiva responsabilidade da Prefeitura Municipal, ressalvada ao Departamento, não obstante, a prerrogativa de, a qualquer tempo, vedar a execução da obra por empreiteira que esteja com seu direito de licitar suspenso, perante ele, ou que haja sido declarada inidônea para licitar na Administração Estadual, ou ainda a empreiteira que, no curso da execução, se mostre por qualquer forma deficiente para o perfeito cumprimento da obra.

2.2.3 — O prazo contar-se-á em dias consecutivos, e a partir do 11.º (décimo primeiro) dia após a assinatura do presente convênio.

2.3 — A Prefeitura Municipal será responsável quanto à execução da obra, pela observância das disposições da legislação vigente disciplinadoras da contratação de serviços, aquisição de materiais, e outras, inclusive das que regulam o exercício da Engenharia e Arquitetura, não cabendo à Secretaria da Segurança e ao Departamento qualquer responsabilidade pelo descumprimento, por parte da Prefeitura Municipal, das citadas disposições. A Secretaria da Segurança e o Departamento ficam, idênticamente, isentos de toda e qualquer responsabilidade, vínculo ou obrigação de natureza trabalhista, ou concernente à previdência social e a acidentes do trabalho, com relação ao pessoal empregado na obra pela Prefeitura Municipal.

2.4 — A execução da obra será conduzida sob a fiscalização de Engenheiro do Departamento, obrigando-se a Prefeitura Municipal, por si ou pela empreiteira a que tiver adjudicado tal execução, a prover-lhe plenas condições para o perfeito desempenho de suas atribuições, e a acatar e cumprir suas determinações de ordem técnica, relativamente à execução da obra dentro da ordenação fixada pelos respectivos projetos e especificações, e com o emprego de materiais e mão-de-obra de 1.ª qualidade.

#### CLÁUSULA TERCEIRA — Do Custeio da Obra

3.1 — O custeio da obra dar-se-á em regime de aplicação conjunta de recursos entre a Secretaria da Segurança e a Prefeitura Municipal, participando cada uma delas com 50% (cinquenta por cento) do valor estimativo determinado na Cláusula Primeira, item 1.2.

3.1.1 — A participação da Secretaria da Segurança e da Prefeitura Municipal dar-se-á mediante prévios empenhos de verba, sendo o(s) da Prefeitura Municipal à conta de dotação(ões) própria(s), e o(s) da Secretaria da Segu-

rança, à conta do Fundo Especial de Reequipamento Policial — FUNRESPOL (Lei Estadual n.º 6.102, de 27-5-70, parcialmente alterada pela Lei Estadual n.º 6.409, de 13-6-73), tendo sido, quanto a esta, extraído em 14-5-74 o empenho de verba n.º 47/74, no valor de Cr\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil cruzeiros).

3.2 — Os pagamentos à Prefeitura Municipal dar-se-ão por intermédio do Serviço Administrativo do FUNRESPOL, mediante faturas devidamente certificadas pelo Engenheiro encarregado da fiscalização da obra e regularmente processadas junto ao Departamento, em 6 (seis) parcelas distintas, assim distribuídas:

3.2.1 — 15% (quinze por cento) do valor total da participação financeira da Secretaria da Segurança quando executadas, na obra, a locação, a terraplenagem, as fundações e as vigas de baldrame (Cr\$ 8.250,00).

3.2.2 — 20% (vinte por cento) quando executados a alvenaria de tijolos, os pilares, as vigas, as cintas e as vergas (Cr\$ 11.000,00).

3.2.3 — 20% (vinte por cento) quando executadas a armação do telhado, a cobertura, a funilaria e as lages (Cr\$ 11.000,00).

3.2.4 — 20% (vinte por cento) quando executadas as instalações hidráulica e elétrica, e as esquadrias (Cr\$ 11.000,00).

3.2.5 — 20% (vinte por cento) quando executados os revestimentos dos pisos, paredes e tetos, e a pintura (Cr\$ 11.000,00).

3.2.6 — 5% (cinco por cento) quando integralmente executada a obra e recebida em conformidade com o disposto na cláusula seguinte (Cr\$ 2.750,00).

#### CLÁUSULA QUARTA — Do Recebimento da Obra

4.1 — Após concluída, a obra será vistoriada por intermédio de Comissão composta por dois Engenheiros do Departamento e por uma autoridade policial com qualificação e credenciação do Diretor da Polícia Civil, ocorrendo o seu formal recebimento somente quando, a juízo de tal Comissão, se apresentarem em perfeitas condições, segundo os respectivos projetos e especificações.

4.1.1 — Formalizado o recebimento da obra, da Prefeitura Municipal, o Departamento fará a entrega da mesma à Secretaria da Segurança, para efeito da imediata utilização do prédio de seu objeto, por esta, dentro das finalidades de sua destinação.

#### CLÁUSULA QUINTA — Da Placa Indicativa

5.1 — Simultaneamente ao início da obra a Prefeitura Municipal providenciará a colocação, em local de sua execução que propicie fácil visibilidade, placa indicativa com as referências necessárias à divulgação do empreendimento e deste seu convênio.

5.1.1 — A placa será confeccionada segundo modelo a ser fornecido pelo Departamento, devidamente aprovado pela Secretaria da Segurança.

#### CLÁUSULA SEXTA — Da Rescisão do Convênio

6.1 — O presente convênio poderá ser rescindido por mútuo acordo entre as partes, mediante condições previamente estabelecidas, assim como poderá — independentemente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial — ser rescindido por uma das partes perante o descumprimento, por qualquer das outras, das obrigações assumidas neste instrumento.

#### CLÁUSULA SÉTIMA — Do Foro

7.1 — Para dirimir as questões que resultem deste convênio as partes elegem o Foro desta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### CLÁUSULA OITAVA — Das Disposições Subsidiárias

8.1 — Para a solução dos casos não regulados pelas cláusulas deste convênio serão aplicadas, subsidiariamente, as disposições cabíveis das leis e dos decretos em vigor.

E, por se acharem de pleno acordo, assinam os representantes legais das partes este convênio, em 8 (oito) vias de igual teor e forma.

Mário Carneiro Portes — Secretário da Segurança Pública do Estado

Gerhard Leo Linzmeyer — Secretário de Viação e Obras Públicas do Estado

João de Paula Rodrigues Júnior — Prefeito Municipal de Iguaçu

Antonio Lopes de Noronha — Diretor da Polícia Civil

Rolf Lunkmoss de Christo — Diretor Geral do D.E.O.E.

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE MATELÂNDIA

##### ESTADO DO PARANÁ

Termo de Convênio, como abaixo se declara, entre a Secretaria da Segurança Pública (Polícia Civil), a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, e a Prefeitura Municipal de Matelândia.

Às oito dias do mês de março do ano de mil novecentos e setenta e quatro, a Secretaria da Segurança Pública do Estado (Polícia Civil), daqui por diante simplesmente denominada "Secretaria da Segurança", representada pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado General Mario Carneiro Portes e pelo Bacharel Antonio Lopes de Noronha, Diretor da Polícia Civil; a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, daqui por diante simplesmente denominado "Departamento" ou referenciado pela sigla "D.E.O.E.", representado — perante o Exmo. Sr. Secretário de Estado Engenheiro Osiris Stenghel Guimarães — por seu Diretor Geral, Engenheiro Rolf Lunkmoss de Christo; e a Prefeitura Municipal de Matelândia — consoante autorização outorgada pela(s) Lei(s) Municipal(ais) n.º(s) 196/74, de 15-02-74 — daqui por diante simplesmente denominada "Prefeitura Municipal", representada pelo Sr. Prefeito Municipal, Olivio Massarolo, celebraram o presente convênio, à vista do vencido no processo de protocolo n.º 740/74 — D.E.O.E., mediante as cláusulas e condições que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA — Do Objeto e Valor

1.1 — O objeto do presente convênio é a construção, na sede do Município de Matelândia, de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia, de acordo com a ordenação técnica constante do(s) Projeto(s)/D.E.O.E. n.º(s) 5.787 e 5.776 (02 a 04 e da(s) Especificação(ões)/D.E.O.E. n.º(s) 26/73).

1.1.1 — A obra diz respeito à construção de prédio térreo em alvenaria de tijolos na parte administrativa e em concreto armado na parte das celas (4), área global de 135,00 m<sup>2</sup> (cento e trinta e cinco metros quadrados).

1.1.2 — Consideram-se incluídos na obra todos os complementos neces-

sários, tais como muros (Projeto/D.E.O.E. n.º 5.328 e Especificações/D.E.O.E. n.ºs 27 e 28/71), acessos e passeios, ajardinamento, e todos os serviços, externos ao prédio, indispensáveis ao perfeito funcionamento de suas instalações.

1.2 — O valor estimativo da obra objeto do presente convênio é de Cr\$ 120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros).

#### CLÁUSULA SEGUNDA — Da Execução da Obra

2.1 — A execução da obra dar-se-á em terreno de propriedade do Estado do Paraná, adquirido por escritura pública de doação transcrita sob n.º 2.274, no Livro 3-8 de Transcrição das Transmissões do Registro de Imóveis da Comarca de Matelândia, terreno esse constituído do lote urbano n.º 06 (seis) e parte dos lotes urbanos n.ºs 03, 04, 10, 05, 02 e 08 (três, quatro, dez, cinco, dois e oito) todos da quadra n.º 73 (setenta e três) de planta da cidade de Matelândia, com a área global de 1.440,00 m<sup>2</sup> (mil, quatrocentos e quarenta metros quadrados).

2.2 — A obra será executada por administração direta da Prefeitura Municipal, ou mediante adjudicação por ela formalmente instituída, dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

2.2.1 — No caso de ocorrer a execução da obra por administração direta, a responsabilidade técnica da mesma será atribuída a profissional legalmente habilitado, de reconhecida idoneidade e de comprovada capacidade técnica, ressalvada ao Departamento, não obstante, a prerrogativa de exigir da Prefeitura Municipal a sua substituição a qualquer tempo durante a execução, face a razões de ordem técnica, ou outras, que a seu critério se imponham.

2.2.2 — No caso de ocorrer a execução da obra mediante adjudicação, esta deverá dar-se a empreiteira legalmente habilitada e de comprovada idoneidade técnica e financeira, a critério e sob a exclusiva responsabilidade da Prefeitura Municipal, ressalvada ao Departamento, não obstante, a prerrogativa de, a qualquer tempo, vedar a execução da obra por empreiteira que esteja com seu direito de licitar suspenso, perante ele, ou que haja sido declarada inidônea para licitar na Administração Estadual, ou ainda a empreiteira que, no curso da execução, se mostre por qualquer forma deficiente para o perfeito cumprimento da obra.

2.2.3 — O prazo contar-se-á em dias consecutivos, e a partir do 11.º (décimo primeiro) dia após a assinatura do presente convênio.

2.3 — A Prefeitura Municipal será responsável, quanto à execução da obra, pela observância das disposições da legislação vigente disciplinadoras da contratação de serviços, aquisição de materiais, e outras, inclusive das que regulam o exercício da Engenharia e Arquitetura, não cabendo à Secretaria da Segurança e ao Departamento qualquer responsabilidade pelo descumprimento, por parte da Prefeitura Municipal, das citadas disposições. A Secretaria da Segurança e o Departamento ficam, identicamente, isentos de toda e qualquer responsabilidade, vínculo ou obrigação de natureza trabalhista, ou concernente à previdência social e a acidentes do trabalho, com relação ao pessoal empregado na obra pela Prefeitura Municipal.

2.4 — A execução da obra será conduzida sob a fiscalização de Engenheiro do Departamento, obrigando-se a Prefeitura Municipal, por si ou pela empreiteira a que tiver adjudicado tal execução, a prover-lhe plenas condições para o perfeito desempenho de suas atribuições, e a acatar e cumprir suas determinações de ordem técnica, relativamente à execução da obra dentro da ordenação fixada pelos respectivos projetos e especificações, e com o emprego de materiais e mão-de-obra de 1.ª qualidade.

#### CLÁUSULA TERCEIRA — Do Custeio da Obra

3.1 — O custeio da obra dar-se-á em regime de aplicação conjunta de recursos entre a Secretaria da Segurança e a Prefeitura Municipal, participando cada uma delas com 50% (cinquenta por cento) do valor estimativo determinado na Cláusula Primeira, item 1.2.

3.1.1 — A participação da Secretaria da Segurança e da Prefeitura Municipal dar-se-á mediante prévios empenhos de verba, sendo o(s) da Prefeitura Municipal à conta de dotação(ões) própria(s), e o(s) da Secretaria da Segurança à conta do Fundo Especial de Reequipamento Policial — FUNRESPOL (Lei Estadual n.º 6.102, de 27-5-70, parcialmente alterada pela Lei Estadual n.º 6.409, de 13-6-73), tendo sido, quanto a esta, extraído em ..... o empenho de verba n.º 48/74, no valor de Cr\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros).

3.2 — Os pagamentos à Prefeitura Municipal dar-se-ão por intermédio do Serviço Administrativo do FUNRESPOL, mediante faturas devidamente certificadas pelo Engenheiro encarregado da fiscalização da obra e regularmente processadas junto ao Departamento, em 6 (seis) parcelas distintas, assim distribuídas:

3.2.1 — 15% (quinze por cento) do valor total da participação financeira da Secretaria da Segurança quando executadas, na obra, a locação, a terraplenagem, as fundações e as vigas de baldrame (Cr\$ 9.000,00).

3.2.2 — 20% (vinte por cento) quando executados a alvenaria de tijolos, os pilares, as vigas, as cintas e as vergas (Cr\$ 12.000,00).

3.2.3 — 20% (vinte por cento) quando executadas a armação do telhado, a cobertura, a funilaria e as lages (Cr\$ 12.000,00).

3.2.4 — 20% (vinte por cento) quando executadas as instalações hidráulica e elétrica, e as esquadrias (Cr\$ 12.000,00).

3.2.5 — 20% (vinte por cento) quando executados os revestimentos dos pisos, paredes e tetos, e a pintura (Cr\$ 12.000,00).

3.2.6 — 5% (cinco por cento) quando integralmente executada a obra e recebida em conformidade com o disposto na cláusula seguinte (Cr\$ 3.000,00).

#### CLÁUSULA QUARTA — Do Recebimento da Obra

4.1 — Após concluída, a obra será vistoriada por intermédio de Comissão composta por dois Engenheiros do Departamento e por uma autoridade policial com qualificação e credenciação do Diretor da Polícia Civil, ocorrendo o seu formal recebimento somente quando, a juízo de tal Comissão, se apresentarem em perfeitas condições, segundo os respectivos projetos e especificações.

4.1.1 — Formalizado o recebimento da obra, da Prefeitura Municipal, o Departamento fará a entrega da mesma à Secretaria da Segurança, para efeito da imediata utilização do prédio de seu objeto, por esta, dentro das finalidades de sua destinação.

#### CLÁUSULA QUINTA — Da Placa Indicativa

5.1 — Simultaneamente ao início da obra a Prefeitura Municipal providenciará a colocação, em local de sua execução que propicie fácil visibilidade, placa indicativa com as referências necessárias à divulgação do empreendimento e deste seu convênio.

5.1.1 — A placa será confeccionada segundo modelo a ser fornecido pelo Departamento, devidamente aprovado pela Secretaria da Segurança.

**CLAUSULA SEXTA — Da Rescisão do Convênio**

6.1 — O presente convênio poderá ser rescindido por mútuo acordo entre as partes, mediante condições previamente estabelecidas, assim como poderá — independentemente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial — ser rescindido por uma das partes perante o descumprimento, por qualquer das outras, das obrigações assumidas neste instrumento.

**CLAUSULA SETIMA — Dos Casos Omissos e das Dúvidas, e do Foro**

7.1 — Os casos omissos e as dúvidas que sobrevierem no cumprimento deste convênio serão resolvidos em conjunto pelas partes, convencionando estas, desde já, o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir as questões que dele surgirem.

**CLAUSULA OITAVA — Das Disposições Subsidiárias**

8.1 — Para a solução dos casos não regulados pelas cláusulas deste convênio serão aplicadas, subsidiariamente, as disposições cabíveis das leis e dos decretos em vigor.

E, por se acharem de pleno acordo, assinam os representantes legais das partes este convênio, em 8 (oito) vias de igual teor e forma.

Mário Carneiro Portes — Secretário da Segurança Pública do Estado

Osiris Stenghel Guimarães — Secretário de Viação e Obras Públicas do Estado

Olívio Massarolo — Prefeito Municipal de Matelândia

Antonio Lopes de Noronha — Diretor da Polícia Civil

Rolf Lunkmoss de Christo — Diretor Geral do D.E.O.E.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANACITY****ESTADO DO PARANÁ**

Termo de Convênio, como abaixo se declara, entre a Secretaria da Segurança Pública (Polícia Civil), a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, e a Prefeitura Municipal de Paranacity.

Aos 16 (dez) dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e quatro, a Secretaria da Segurança Pública do Estado (Polícia Civil), daqui por diante simplesmente denominada "Secretaria da Segurança", representada pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado General Mário Carneiro Portes, e pelo Bacharel Antônio Lopes de Noronha, Diretor da Polícia Civil; a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, daqui por diante simplesmente denominado "Departamento", ou referenciado pela sigla "D.E.O.E.", representado — perante o Exmo. Sr. Secretário de Estado Engenheiro Gerhard Leo Linzmeyer — por seu Diretor Geral, Engenheiro Rolf Lunkmoss de Christo, e a Prefeitura Municipal de Paranacity, consoante autorização outorgada pela(s) Lei(s) Municipal(ais) n.º(s) 582, de 23-10-73, daqui por diante simplesmente denominada "Prefeitura Municipal", representada pelo Sr. Prefeito Municipal, José Bonifácio Moron, celebraram o presente convênio, à vista do vencido no(s) processo(s) de protocolo(s) n.º(s) 8.263/73 — D.E.O.E., mediante as cláusulas e condições que seguem:

**CLAUSULA PRIMEIRA — Do Objeto e Valor**

1.1 — O objeto do presente convênio é a construção, na sede do Município de Paranacity, de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia, de acordo com a ordenação técnica constante do(s) Projeto(s)/D.E.O.E. n.º(s) 5.767 e 5.776 (02 a 04) e da(s) Especificação(ões)/D.E.O.E. n.º(s) 26/73.

1.1.1 — A obra diz respeito à construção de prédio térreo em alvenaria de tijolos na parte administrativa e em concreto armado na parte das celas (4), área global de 135,00 m<sup>2</sup> (cento e trinta e cinco metros quadrados).

1.1.2 — Consideram-se incluídos na obra todos os complementos necessários tais como muros (Projeto/D.E.O.E. n.º 5.328 e Especificações/D.E.O.E. n.ºs 27 e 28/71), acessos e passeios, arjardimento, e todos os serviços, extermos ao prédio, indispensáveis ao perfeito funcionamento de suas instalações.

1.2 — O valor estimativo da obra objeto do presente convênio é de Cr\$ 90.300,00 (noventa mil cruzeiros).

**CLAUSULA SEGUNDA — Da Execução da Obra**

2.1 — A execução da obra dar-se-á em terreno de propriedade do Estado do Paraná, adquirido por escritura pública de doação transcrita sob n.º 3.041 no Livro 3-C de Transcrição das Transmissões do Registro de Imóveis da Comarca de Paranacity, terreno esse constituído das datas de terras n.ºs 1 (um) e 2 (dois) da quadra n.º 50 (cincoenta) da Planta Geral da cidade de Paranacity, com a área total de 1.200,00 m<sup>2</sup> (um mil e duzentos metros quadrados).

2.2 — A obra será executada por administração direta da Prefeitura Municipal, ou mediante adjudicação por ela formalmente instituída, dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

2.2.1 — No caso de ocorrer a execução da obra por administração direta, a responsabilidade técnica da mesma será atribuída a profissional legalmente habilitado, de reconhecida idoneidade e de comprovada capacidade técnica, ressalvada ao Departamento, não obstante, a prerrogativa de exigir da Prefeitura Municipal a sua substituição a qualquer tempo durante a execução, face a razões de ordem técnica, ou outras, que a seu critério se imponham.

2.2.2 — No caso de ocorrer a execução da obra mediante adjudicação, esta deverá dar-se a empreiteira legalmente habilitada e de comprovada idoneidade técnica e financeira, a critério e sob a exclusiva responsabilidade da Prefeitura Municipal, ressalvada ao Departamento, não obstante a prerrogativa de, a qualquer tempo, vedar a execução da obra por empreiteira que esteja com seu direito de licitar suspenso, perante ele, ou que haja sido declarada inidônea para licitar na Administração Estadual, ou ainda a empreiteira que, no curso da execução, se mostre por qualquer forma deficiente para o perfeito cumprimento da obra.

2.2.3 — O prazo contar-se-á em dias consecutivos, e a partir do 11.º (décimo primeiro) dia após a assinatura do presente convênio.

2.3 — A Prefeitura Municipal será responsável, quanto à execução da obra, pela observância das disposições da legislação vigente disciplinadoras da contratação de serviços, aquisição de materiais, e outras, inclusive das que regulam o exercício da Engenharia e Arquitetura, não cabendo à Secretaria da Segurança e ao Departamento qualquer responsabilidade pelo descumprimento, por parte da Prefeitura Municipal, das citadas disposições. A Secretaria da Segurança e o Departamento ficam, identicamente, isentos de toda e qualquer responsabilidade, vínculo ou obrigação de natureza trabalhista, ou con-

cernente à previdência social e a acidentes do trabalho, com relação ao pessoal empregado na obra pela Prefeitura Municipal.

2.4 — A execução da obra será conduzida sob a fiscalização de Engenheiro do Departamento, obrigando-se a Prefeitura Municipal, por si ou pela empreiteira a que tiver adjudicado tal execução, a prover-lhe todas as condições para o perfeito desempenho de suas atribuições, e a acatar e cumprir suas determinações de ordem técnica, relativamente a execução da obra dentro da ordenação fixada pelos respectivos projetos e especificações, e com o emprego de materiais e mão-de-obra de 1.ª qualidade.

**CLAUSULA TERCEIRA — Do Custeio da Obra**

3.1 — O custeio da obra dar-se-á em regime de aplicação conjunta de recursos entre a Secretaria da Segurança e a Prefeitura Municipal, participando cada uma delas com 50% (cinquenta por cento) do valor estimativo determinado na Cláusula Primeira, item 1.2.

3.1.1 — A participação da Secretaria da Segurança e da Prefeitura Municipal dar-se-á mediante prévios empenhos de verba, sendo o(s) da Prefeitura Municipal à conta de dotação(ões) própria(s), e o(s) da Secretaria da Segurança à conta do Fundo Especial de Reequipamento Policial — FUNRESPOL (Lei Estadual n.º 6.102, de 27-5-70, parcialmente alterada pela Lei Estadual n.º 6.409, de 13-6-73), tendo sido quanto a esta, extraído em 14-5-74 o empenho de verba n.º 45/74, no valor de Cr\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil cruzeiros).

3.2 — Os pagamentos à Prefeitura Municipal dar-se-ão por intermédio do Serviço Administrativo do FUNRESPOL, mediante faturas devidamente certificadas pelo Engenheiro encarregado da fiscalização da obra e regularmente processadas junto ao Departamento, em 6 (seis) parcelas distintas assim distribuídas:

3.2.1 — 15% (quinze por cento) do valor total da participação financeira da Secretaria da Segurança quando executadas na obra a locação, a terraplenagem, as fundações e as vigas de baldrame (Cr\$ 6.750,00).

3.2.2 — 20% (vinte por cento) quando executados à alvenaria de tijolos, os pilares, as vigas as cintas e as vergas (Cr\$ 9.000,00).

3.2.3 — 20% (vinte por cento) quando executadas a armação do telhado, a cobertura, a funilaria e as lajes (Cr\$ 9.000,00).

3.2.4 — 20% (vinte por cento) quando executadas as instalações hidráulica e elétrica e as esquadrias (Cr\$ 9.000,00).

3.2.5 — 20% (vinte por cento) quando executados os revestimentos dos pisos, paredes e tetos e a pintura (Cr\$ 9.000,00).

3.2.6 — 5% (cinco por cento) quando integralmente executada a obra e recebida em conformidade com o disposto na cláusula seguinte (Cr\$ 2.250,00).

**CLAUSULA QUARTA — Do Recebimento da Obra**

4.1 — Após concluída a obra será vistoriada por intermédio de Comissão composta por dois Engenheiros do Departamento e por uma autoridade policial com qualificação e credenciação do Diretor da Polícia Civil. Ocorrendo o seu formal recebimento somente quando, a juízo de tal Comissão se apresentar em perfeitas condições, segundo os respectivos projetos e especificações.

4.1.1 — Formalizado o recebimento da obra, da Prefeitura Municipal, o Departamento fará a entrega da mesma à Secretaria da Segurança para efeito de imediata utilização do prédio de seu objeto por esta, dentro das finalidades de sua destinação.

**CLAUSULA QUINTA — Da Placa Indicativa**

5.1 — Simultaneamente ao início da obra a Prefeitura Municipal providenciará a colocação, em local de sua execução que propicie fácil visibilidade, placa indicativa com as referências necessárias à divulgação do empreendimento e deste seu convênio.

5.1.1 — A placa será confeccionada segundo modelo a ser fornecido pelo Departamento, devidamente aprovado pela Secretaria da Segurança.

**CLAUSULA SEXTA — Da Rescisão do Convênio**

6.1 — O presente convênio poderá ser rescindido por mútuo acordo entre as partes mediante condições previamente estabelecidas, assim como poderá — independentemente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial — ser rescindido por uma das partes perante o descumprimento por qualquer das outras, das obrigações assumidas neste instrumento.

**CLAUSULA SETIMA — Do Foro**

7.1 — Para dirimir as questões que resultem deste convênio as partes elegem o Foro desta cidade de Curitiba Capital do Estado do Paraná, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**CLAUSULA OITAVA — Das Disposições Subsidiárias**

8.1 — Para a solução dos casos não regulados pelas cláusulas deste convênio serão aplicadas subsidiariamente, as disposições cabíveis das leis e dos decretos em vigor.

E, por se acharem de pleno acordo assinam os representantes legais das partes este convênio, em 8 (oito) vias de igual teor e forma.

Mário Carneiro Portes — Secretário da Segurança Pública do Estado

Gerhard Leo Linzmeyer — Secretário de Viação e Obras Públicas do Estado

José Bonifácio Moron — Prefeito Municipal de Paranacity

Antonio Lopes de Noronha — Diretor da Polícia Civil

Rolf Lunkmoss de Christo — Diretor Geral do D.E.O.E.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU  
ESTADO DO PARANÁ**

Termo de Convênio, como abaixo se declara, entre a Secretaria da Segurança Pública (Polícia Civil), a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, e a Prefeitura Municipal de Porecatu.

Aos quatro dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e quatro, a Secretaria da Segurança Pública do Estado (Polícia Civil), daqui por diante simplesmente denominada "Secretaria da Segurança", representada pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado General Mário Carneiro Portes, e pelo Bacharel Antônio Lopes de Noronha, Diretor da Polícia Civil; a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, daqui por diante simplesmente denominado "Departamento", ou referenciado pela sigla "D.E.O.E.", representado — perante o Exmo. Sr. Secretário de Estado Engenheiro Gerhard Leo Linzmeyer — por seu Diretor Geral, Engenheiro Rolf Lunkmoss de Christo, e a Prefeitura Municipal de Porecatu, consoante autorização outorgada pela(s) Lei(s) Municipal(ais) n.º(s)

360, de 11-3-74 daqui por diante simplesmente denominada "Prefeitura Municipal", representada pelo Sr. Prefeito Municipal, José Jabur, celebraram o presente convênio, à vista do vencido no(s) processo(s) de protocolo(s) n.º(s) 2.251-74-D.E.O.E. mediante as cláusulas e condições que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA — Do Objeto e Valor

1.1 — O objeto do presente convênio é a construção, na sede do Município de Porecatu, de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia, de acordo com a ordenação técnica constante do(s) Projeto(s)/D.E.O.E. n.º(s) 5.776 (01 a 04 e da(s) Especificação(ões)/D.E.O.E. n.º(s) 26/73.

1.1.1 — A obra diz respeito à construção de prédio térreo em alvenaria de tijolos na parte administrativa e em concreto armado na parte das celas (C), área global de 491,38 m<sup>2</sup> (quatrocentos e noventa e um metros e trinta e oito decímetros quadrados).

1.1.2 — Consideram-se incluídos na obra todos os complementos necessários, tais como muros (Projeto/D.E.O.E. n.º 5.328 e Especificações/D.E.O.E. n.ºs 27 e 28/71), acessos e passeios, ajardinamento, e todos os serviços, externos ao prédio, indispensáveis ao perfeito funcionamento de suas instalações.

1.2 — O valor estimativo da obra objeto do presente convênio é de Cr\$ 442.242,00 (quatrocentos e quarenta e dois mil, duzentos e quarenta e dois cruzeiros).

#### CLÁUSULA SEGUNDA — Da Execução da Obra

2.1 — A execução da obra dar-se-á em terreno de propriedade do Estado do Paraná, adquirido por escritura pública de doação transcrita sob n.º 4.024 no Livro 3-E de Transcrição das Transmissões do 1.º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Porecatu, terreno esse constituído de uma área de terras com 1.500,00 m<sup>2</sup> (mil e quinhentos metros quadrados), desmembrado anteriormente da chácara n.º 7-A da cidade de Porecatu.

2.2 — A obra será executada por administração direta da Prefeitura Municipal, ou mediante adjudicação por ela formalmente instituída, dentro do prazo de 210 (duzentos e dez) dias.

2.2.1 — No caso de ocorrer a execução da obra por administração direta, a responsabilidade técnica da mesma será atribuída a profissional legalmente habilitado, de reconhecida idoneidade e de comprovada capacidade técnica, ressalvada ao Departamento, não obstante, a prerrogativa de exigir da Prefeitura Municipal a sua substituição a qualquer tempo durante a execução, face a razões de ordem técnica, ou outras, que a seu critério se imponham.

2.2.2 — No caso de ocorrer a execução da obra mediante adjudicação, esta deverá dar-se à empreiteira legalmente habilitada e de comprovada idoneidade técnica e financeira, a critério e sob a exclusiva responsabilidade da Prefeitura Municipal, ressalvada ao Departamento, não obstante, a prerrogativa de, a qualquer tempo vedar a execução da obra por empreiteira que esteja com seu direito de licitar suspenso, perante ele, ou que haja sido declarada inidônea para licitar na Administração Estadual, ou ainda a empreiteira que, no curso da execução, se mostre por qualquer forma deficiente para o perfeito cumprimento da obra.

2.2.3 — O prazo contar-se-á em dias consecutivos, e a partir do 11.º (décimo primeiro) dia após a assinatura do presente convênio.

2.3 — A Prefeitura Municipal será responsável, quanto à execução da obra, pela observância das disposições da legislação vigente disciplinadoras da contratação de serviços, aquisição de materiais, e outras, inclusive das que regulam o exercício da Engenharia e Arquitetura, não cabendo à Secretaria da Segurança e ao Departamento qualquer responsabilidade pelo descumprimento, por parte da Prefeitura Municipal, das citadas disposições. A Secretaria da Segurança e o Departamento ficam, identicamente, isentos de toda e qualquer responsabilidade, vínculo ou obrigação de natureza trabalhista, ou concernente à previdência social e a acidentes do trabalho, com relação ao pessoal empregado na obra pela Prefeitura Municipal.

2.4 — A execução da obra será conduzida sob a fiscalização de Engenheiro do Departamento, obrigando-se a Prefeitura Municipal, por si ou pela empreiteira a que tiver adjudicado tal execução, a prover-lhe plenas condições para o perfeito desempenho de suas atribuições e a acatar e cumprir suas determinações de ordem técnica, relativamente à execução da obra dentro da ordenação fixada pelos respectivos projetos e especificações, e com o emprego de materiais e mão-de-obra de 1.ª qualidade.

#### CLÁUSULA TERCEIRA — Do Custeio da Obra

3.1 — O custeio da obra dar-se-á em regime de aplicação conjunta de recursos entre a Secretaria da Segurança e a Prefeitura Municipal, participando cada uma delas com 50% (cinquenta por cento) do valor estimativo determinado na Cláusula Primeira, item 1.2.

3.1.1 — A participação da Secretaria da Segurança e da Prefeitura Municipal dar-se-á mediante prévios empenhos de verba, sendo o(s) da Prefeitura Municipal à conta de dotação(ões) própria(s), e o(s) da Secretaria da Segurança à conta do Fundo Especial de Reequipamento Policial — FUNRESPOL (Lei Estadual n.º 6.102, de 27-5-70, parcialmente alterada pela Lei Estadual n.º 6.409 de 13-6-73), tendo sido, quanto a esta, extraído em 14-5-74 o empenho de verba n.º 46/74, no valor de Cr\$ 221.121,00 (duzentos e vinte e um mil, cento e vinte e um cruzeiros).

3.2 — Os pagamentos à Prefeitura Municipal dar-se-ão por intermédio do Serviço Administrativo do FUNRESPOL, mediante faturas devidamente certificadas pelo Engenheiro encarregado da fiscalização da obra e regularmente processadas junto ao Departamento, em 6 (seis) parcelas distintas, assim distribuídas:

3.2.1 — 15% (quinze por cento) do valor total da participação financeira da Secretaria da Segurança quando executadas, na obra, a locação, a terraplenagem, as fundações e as vigas de baldrame (Cr\$ 33.168,15).

3.2.2 — 20% (vinte por cento) quando executados a alvenaria de tijolos, as pilares, as vigas, as cintas e as vergas (Cr\$ 44.224,20).

3.2.3 — 20% (vinte por cento) quando executadas a armação do telhado, a cobertura, a funilaria e as lajes (Cr\$ 44.224,20).

3.2.4 — 20% (vinte por cento) quando executadas as instalações hidráulica e elétrica, e as esquadrias (Cr\$ 44.224,20).

3.2.5 — 20% (vinte por cento) quando executados os revestimentos dos pisos, paredes e tetos, e a pintura (Cr\$ 44.224,20).

3.2.6 — 5% (cinco por cento) quando integralmente executada a obra e recebida em conformidade com o disposto na cláusula seguinte (Cr\$ 11.056,05).

#### CLÁUSULA QUARTA — Do Recebimento da Obra

4.1 — Após concluída, a obra será visitada por intermédio de Comissão composta por dois Engenheiros do Departamento e por uma autoridade policial com qualificação e credenciação do Diretor da Polícia Civil, ocorrendo

o seu formal recebimento somente quando, a juízo de tal Comissão, se apresentarem em perfeitas condições, segundo os respectivos projetos e especificações.

4.1.1 — Formalizado o recebimento da obra da Prefeitura Municipal, o Departamento fará a entrega da mesma à Secretaria da Segurança, para efeito de imediata utilização do prédio de seu objeto, por esta, dentro das finalidades de sua destinação.

#### CLÁUSULA QUINTA — Da Placa Indicativa

5.1 — Simultaneamente ao início da obra a Prefeitura Municipal providenciará a colocação, em local de sua execução que propicie fácil visibilidade, placa indicativa com as referências necessárias à divulgação do empreendimento e deste seu convênio.

5.1.1 — A placa será confeccionada segundo modelo a ser fornecido pelo Departamento, devidamente aprovado pela Secretaria da Segurança.

#### CLÁUSULA SEXTA — Da Rescisão do Convênio

6.1 — O presente convênio poderá ser rescindido por mútuo acordo entre as partes, mediante condições previamente estabelecidas, assim como poderá — independentemente de prévia notificação ou interposição judicial ou extrajudicial — ser rescindido por uma das partes perante o descumprimento, por qualquer das outras, das obrigações assumidas neste instrumento.

#### CLÁUSULA SÉTIMA — Do Foro

7.1 — Para dirimir as questões que resultem deste convênio, as partes elegem o Foro desta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### CLÁUSULA OITAVA — Das Disposições Subsidiárias

8.1 — Para a solução dos casos não regulados pelas cláusulas deste convênio, serão aplicadas, subsidiariamente, as disposições cabíveis das leis e dos decretos em vigor.

E, por se acharem de pleno acordo, assinam os representantes legais das partes este convênio, em 8 (oito) vias de igual teor e forma.

Mário Carneiro Portes — Secretário da Segurança Pública do Estado  
Gerhard Leo Linzmeyer — Secretário de Viação e Obras Públicas do Estado

José Jabur — Prefeito Municipal de Porecatu.  
Antônio Lopes de Noronha — Diretor da Polícia Civil.  
Rolf Lunkmoss de Christo — Diretor Geral do D.E.O.E.  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO  
ESTADO DO PARANÁ

Termo de Convênio, como abaixo se declara, entre a Secretaria da Segurança Pública (Polícia Civil), a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, e a Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Monte Castelo.

Aos oito dias do mês de março do ano de mil novecentos e setenta e quatro, a Secretaria da Segurança Pública do Estado (Polícia Civil), daqui por diante simplesmente denominada "Secretaria da Segurança", representada pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado, General Mário Carneiro Portes e pelo Bacharel Antônio Lopes de Noronha, Diretor da Polícia Civil; a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, daqui por diante simplesmente denominado "Departamento" ou referenciado pela sigla "D.E.O.E.", representado — perante o Exmo. Sr. Secretário de Estado Engenheiro Osiris Stenghel Guimarães — por seu Diretor Geral, Engenheiro Rolf Lunkmoss de Christo; e a Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Monte Castelo, consoante autorização outorgada pela(s) Lei(s) Municipal(ais) n.º(s) 49/73, de 15-12-73, daqui por diante simplesmente denominada "Prefeitura Municipal", representada pelo Sr. Prefeito Municipal, Narciso D'Aviz, celebraram o presente convênio, à vista do vencido no(s) processo(s) de protocolo(s) n.º(s) 7.155/73-D.E.O.E., mediante as cláusulas e condições que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA — Do Objeto e Valor

1.1 — O objeto do presente convênio é a ampliação do prédio da Delegacia de Polícia e Cadeia da sede do Município de Santa Cruz do Monte Castelo, deste Estado, de acordo com o(s) Projeto(s)/D.E.O.E. n.º(s) 4.094, e a(s) Especificação(ões)/D.E.O.E. n.º(s) 6/63.

1.1.1 — A ampliação convencionada diz respeito a duas celas e a uma sala destinada ao Serviço do Trânsito, num só pavimento, em concreto armado na parte das celas e em alvenaria de tijolos na parte da sala — área global de 35,79 m<sup>2</sup> (trinta e cinco metros e setenta e nove decímetros quadrados).

1.2 — O valor estimativo da obra objeto do presente convênio é de Cr\$ 18.253,75 (dezoito mil, duzentos e cinquenta e nove cruzeiros e setenta e cinco centavos).

#### CLÁUSULA SEGUNDA — Da Execução da Obra

2.1 — A obra será executada por administração direta da Prefeitura Municipal, ou mediante adjudicação por ela formalmente instituída, dentro do prazo de 90 (noventa) dias.

2.1.1 — No caso de ocorrer a execução da obra por administração direta, a responsabilidade técnica da mesma será atribuída a profissional legalmente habilitado, de reconhecida idoneidade e de comprovada capacidade técnica, ressalvada ao Departamento, não obstante, a prerrogativa de exigir da Prefeitura Municipal a sua substituição a qualquer tempo durante a execução, face a razões de ordem técnica, ou outras, que a seu critério se imponham.

2.1.2 — No caso de ocorrer a execução da obra mediante adjudicação, esta deverá dar-se à empreiteira legalmente habilitada e de comprovada idoneidade técnica e financeira a critério e sob a exclusiva responsabilidade da Prefeitura Municipal, ressalvada ao Departamento, não obstante, a prerrogativa de, a qualquer tempo, vedar a execução da obra por empreiteira que esteja com seu direito de licitar suspenso, perante ele, ou que haja sido declarada inidônea para licitar na Administração Estadual ou ainda a empreiteira que, no curso da execução, se mostre por qualquer forma deficiente para o perfeito cumprimento da obra.

2.1.3 — O prazo contar-se-á em dias consecutivos, e a partir do 11.º (décimo primeiro) dia após a assinatura do presente convênio.

2.2 — A Prefeitura Municipal será responsável, quanto à execução da obra, pela observância das disposições da legislação vigente disciplinadoras da contratação de serviços aquisição de materiais, e outras, inclusive das que regulam o exercício da Engenharia e Arquitetura, não cabendo à Secretaria da



Segurança e ao Departamento qualquer responsabilidade pelo descumprimento, por parte da Prefeitura Municipal, das citadas disposições. A Secretaria da Segurança e o Departamento ficam idênticamente isentos de toda e qualquer responsabilidade, vínculo ou obrigação de natureza trabalhista, ou concernente à previdência social e a acidentes do trabalho, com relação ao pessoal empregado na obra pela Prefeitura Municipal.

2.3 — A execução da obra será conduzida sob a fiscalização de Engenheiro do Departamento obrigando-se a Prefeitura Municipal, por si ou pela empreiteira a que tiver adjudicado tal execução, a prover-lhe plenas condições para o perfeito desempenho de suas atribuições, e a acatar e cumprir suas determinações de ordem técnica, relativamente à execução da obra dentro da ordenação fixada pelos respectivos projeto(s) e especificação(ões), e com o emprego de materiais e mão-de-obra de 1.ª qualidade.

#### CLAUSULA TERCEIRA — Do Custeio da Obra

3.1 — O custeio da obra dar-se-á em regime de aplicação conjunta de recursos entre a Secretaria da Segurança e a Prefeitura Municipal, participando, a primeira com a importância de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) e a segunda com o "quantum" necessário ao suporte das despesas que excederem aquela importância.

3.1.1 — A participação da Secretaria da Segurança e da Prefeitura Municipal dar-se-á mediante prévios empenhos de verba, sendo o(s) da Prefeitura Municipal à conta de dotação(ões) própria(s) e o(s) da Secretaria da Segurança à conta do Fundo Especial de Reequipamento Policial — FUNRESPOL (Lei Estadual n.º 6.102, de 27-5-70, parcialmente alterada pela Lei Estadual n.º 6.409, de 13-6-73), tendo sido, quanto a esta, extraído em..... o empenho de verba n.º 56/74, no valor de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros).

3.2 — Os pagamentos à Prefeitura Municipal dar-se-ão por intermédio do Serviço Administrativo do FUNRESPOL, mediante faturas devidamente certificadas pelo Engenheiro encarregado da fiscalização da obra e regularmente processadas junto ao Departamento, em 3 (três) parcelas distintas, assim distribuídas:

3.2.1 — 25% (vinte e cinco por cento) do valor total da participação financeira da Secretaria da Segurança quando executados os baldrames (Cr\$ 2.500,00);

3.2.2 — 50% (cinquenta por cento) quando executada a cobertura (Cr\$ 5.000,00);

3.2.3 — 25% (vinte e cinco por cento) quando integralmente executada a obra e recebida em conformidade com o disposto na cláusula seguinte (Cr\$ 2.500,00).

#### CLAUSULA QUARTA — Do Recebimento da Obra

4.1 — Após concluída, a obra será vistoriada por intermédio de Comissão composta por dois Engenheiros do Departamento e por uma autoridade policial com qualificação e credenciação do Diretor da Polícia Civil, ocorrendo o seu formal recebimento somente quando, a juízo de tal Comissão, se apresentarem em perfeitas condições, segundo os respectivos projeto(s) e especificação(ões).

4.1.1 — Formalizado o recebimento da obra, da Prefeitura Municipal, o Departamento fará a entrega da mesma à Secretaria da Segurança, para efeito da imediata utilização das dependências ampliadas por esta, dentro das finalidades de sua destinação.

#### CLAUSULA QUINTA — Da Placa Indicativa

5.1 — Simultaneamente ao início da obra a Prefeitura Municipal providenciará a colocação, em local de sua execução que propicie fácil visibilidade, placa indicativa com as referências necessárias à divulgação do empreendimento e deste seu convênio.

5.1.1 — A placa será confeccionada segundo modelo a ser fornecido pelo Departamento, devidamente aprovado pela Secretaria da Segurança.

#### CLAUSULA SEXTA — Da Rescisão do Convênio

6.1 — O presente convênio poderá ser rescindido por mútuo acordo entre as partes, mediante condições previamente estabelecidas, assim como poderá — independentemente de prévia notificação ou interposição judicial ou extrajudicial — ser rescindido por uma das partes perante o descumprimento, por qualquer das outras, das obrigações assumidas neste instrumento.

#### CLAUSULA SÉTIMA — Dos Casos Omissos e das Dúvidas, e do Foro

7.1 — Os casos omissos e as dúvidas que sobrevierem no cumprimento deste convênio serão resolvidos em conjunto pelas partes, convencendo estas, desde já, o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir as questões que dele surjam.

#### CLAUSULA OITAVA — Das Disposições Subsidiárias

8.1 — Para a solução dos casos não regulados pelas cláusulas deste convênio serão aplicadas, subsidiariamente, as disposições cabíveis das leis e dos decretos em vigor.

E, por se acharem de pleno acordo, assinam os representantes legais das partes este convênio em 8 (oito) vias de igual teor e forma.

Mário Carneiro Portes — Secretário da Segurança Pública do Estado.

Osiris Stenghel Guimarães — Secretário de Viação e Obras Públicas do Estado.

Narciso D'Aviz — Prefeito Municipal de Santa Cruz do Monte Castelo.

Antônio Lopes de Noronha — Diretor da Polícia Civil.

Rolf Lunkmoss de Christo — Diretor Geral do D.E.O.E.

A Comissão de Constituição e Justiça.

#### OFÍCIOS:

Sob os nrs. 230, 233, 236, 237, 238 e 239/74, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nrs.:

02/74 — do Senhor Deputado Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Ribeirão do Pinhal, uma Motoniveladora e um Caminhão, pertencentes ao D.E.R., o qual convertido em Lei tomou o número 6.607. — Agradeça-se.

110/74 — oriundo da Mensagem Governamental sob o n.º 36/74, que encaminha anteprojeto de lei que visa isentar do pagamento de Taxas Estaduais e dos Impostos a que se referem os Incisos I e II do Art. 23 da Constituição da República Federal do Brasil à Empresa Bi-Nacional Itaipu, o qual convertido em Lei tomou o número 6.608. — Agradeça-se.

02/73 — do Senhor Deputado Quielise Crisóstomo da Silva, que institui o Dia da Agropecuária no Paraná, a ser oficialmente comemorado no dia 19 de

setembro de cada ano, o qual convertido em Lei tomou o número 6.609. — Agradeça-se.

114/74 — oriundo da Mensagem Governamental sob o n.º 39/74 que abra crédito especial de Cr\$ 40.000,00, destinado a despesas referentes a "Contribuição de Previdência Social", de pessoal temporário do Departamento de Divulgação do Estado, o qual convertido em Lei tomou o número 6.612. — Agradeça-se.

45/74 — do Senhor Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa Filho, que autoriza o Poder Executivo conceder Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Engenheiro Arturo Andreoli, o qual convertido em Lei tomou o número 6.611. — Agradeça-se.

51/74 — do Senhor Deputado Paulo Poli, que outorga o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Luiz Meneghel, o qual convertido em Lei tomou o número 6.610. — Agradeça-se.

Sob os nrs. 234/74 e 235/74, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE os Projetos de Lei nrs.:

30/74 — do Senhor Deputado Xenofonte Villanueva, que visa autorizar o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Rolândia, a data de terra sob o n.º 16, da quadra 69 da planta da cidade de Rolândia, de propriedade do Estado do Paraná, conforme transcrição no Livro 3-B, folhas 145, sob o n.º 1.933, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rolândia, em 7 de março de 1955. — A C.C.J.

35/74 — do Senhor Deputado Fuad Nacli, que visa declarar como de utilidade pública o Centro Acadêmico Carlota Meneghel, da Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Meneghel, da cidade de Bandeirantes. — A C.C.J.

#### REQUERIMENTOS:

##### Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o Plenário, requer a inserção em Ata dos trabalhos da Sessão de hoje de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor José Maurício de Andrade, antigo Serventuário da Justiça do Estado e por várias vezes ocupante de importantes cargos na administração pública paranaense. O extinto deixava viúva a senhora Ida Lorenzatto de Andrade e os seguintes filhos: Regis — Guatier — Haroldo — Célia — Amancio — Kátia — Erasto — Sonia — José Jr. — James — Rival e Paulo.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dado conhecimento à família enlutada, à rua Emiliano Pernet, 195 — 6.º andar.

Sala das Sessões, em 1.º de outubro de 1974.

(a) — Fuad Nacli

##### Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido nesta Capital, no dia 30 de setembro de 1974, do Sr. José Maurício de Andrade.

Outrossim, da decisão desta Casa solicito que seja dado conhecimento aos familiares do extinto em Curitiba, Sra. Aíde Andrade — Rua Emiliano Pernet, 195, Apt.º 61, Bloco B.

Sala das Sessões, em 1.º de outubro de 1974.

(a) — Marciano Baraniuk

##### Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, requer, em virtude do infausto falecimento do Senhor José Maurício de Andrade, seja consignado na Ata dos trabalhos um voto de pesar desta Casa, requer ainda seja, tal pesar, comunicado à família do extinto, à rua Emiliano Pernet n.º 195 — 6.º andar, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 1.º de outubro de 1974.

(a) — Ivo Thomazoni

##### Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a consignação na Ata da presente Sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Tertuliano Chaves.

Trata-se de pessoa de tradicional família de Bocaiuva do Sul e dedicado Servidor do Poder Judiciário.

Requer, outrossim, que se dê conhecimento à família enlutada na pessoa do Sr. Lucídio Bandeira Chaves, Galeria Ritz, 17.º andar, salas 1700 a 1703.

Sala das Sessões, em 1.º de outubro de 1974.

(a) — Arizone Araújo

##### Requerimento

Senhor Presidente.

Requeiro à Mesa, ouvida a Casa, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações à Igreja Evangélica Avivamento Bíblico, pelo transcurso de seu 28.º aniversário de fundação no Brasil, ocorrido no dia 7 de setembro do corrente ano.

A Igreja Evangélica Avivamento Bíblico, com sua sede em São Paulo, tem contribuído grandemente para o soerguimento moral e espiritual do povo paranaense e brasileiro.

Pessuindo trabalhos e obras em todos os recantos da Nação, trabalham eles com zelo e amor em prol da coletividade. Aqui no Paraná destaca-se o Grupo Escolar Avivamento Bíblico, mantido pelo Departamento Social e Educacional, que com mais de duzentos alunos, colabora com as autoridades educacionais ministrando uma educação integral aos seus alunos, que além das letras, aprendem a ser úteis cidadãos da terra e dos céus.

Nós, que damos nossa efetiva colaboração para a concretização desta obra, regozijamo-nos porque ela prossegue animada e vigorosa.

Assim, entendemos justa a presente proposição, que esperamos seja unanimemente aprovada com os aplausos de todos.

Requeiro outrossim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa ao Pastor Alípio F. Agostinho, Presidente da Igreja no Brasil.

Sala das Sessões, 19 de setembro de 1974.

(a) — Igo Losso



Requerimento

Senhor Presidente.

Requeiro à Mesa, na forma regimental, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de regozijo à Igreja Evangélica Avivamento Bíblico no Brasil, pela inauguração em data de 7 de setembro corrente, de mais um magestoso templo de adoração a Deus, na próspera cidade de Cornélio Procopio.

Liderada pelo seu Pastor Geraldo Malaquias dos Reis, conseguiu aquela obra mais um grande monumento que veio enriquecer o nosso Estado com mais um templo, do que tanto necessita o povo em nossos dias.

Sabemos que aquele lugar santo trará muitos benefícios de ordem espiritual à coletividade e, por esta razão, apresentamos a presente proposição, que uma vez aprovada, pedimos seja comunicada ao seu Presidente no Brasil, Pastor Alípio F. Agostinho e ao Pastor local, Geraldo Malaquias dos Reis.

Sala das Sessões, 10 de setembro de 1974.

(a) — Igo Losso

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente, considerando as notícias desencontradas publicadas pela imprensa, os comentários desairosos decorrentes, e a necessidade de um esclarecimento responsável à opinião pública...

REQUER o encaminhamento, ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, do seguinte pedido de informações:

a) — Houve, efetivamente, o desvio ou desaparecimento de duas mil, quinhentas e cinquenta, doses de vacinas contra meningite, conforme "Nota Oficial" divulgada pelo Sr. Secretário de Saúde Pública?

b) — Diante das declarações atribuídas ao chefe da Divisão Técnica da Secretaria de Saúde ao afirmar que "houve precipitação na informação dada pelo Secretário Ivan Fontoura sobre o desaparecimento das vacinas, visto que o lote estava intacto", com quem está a verdade?

c) — Independentemente dos inquéritos já instaurados, quais as providências que o Governo do Estado adotará, diante das controvérsias surgidas que revelam irresponsabilidade ou premeditação no encobrimento da verdade?

Sala das Sessões, em 1.º de outubro de 1974.

(a) — Erondy Silvério

Requerimento

Senhor Presidente.

Diz o Código Nacional de Trânsito, quando torna obrigatória a realização dos chamados exames psicotécnicos, para concessão de Carta de Habilitação a motoristas profissionais ou amadores, que os testes serão aplicados pelas autoridades estaduais, diretamente, ou, não estando aparelhadas para essa obrigação, através de prepostos.

Ao admitir a contratação de terceiros para a realização dos exames psicotécnicos, pretendia a lei federal tão somente, permitir a implantação imediata da providência, de forma a não adiar a exigibilidade dos testes sob alegação de despreparo material e humano dos Departamentos de Trânsito dos Estados.

Hoje, aqui no Paraná, decorridos mais de dois anos da previsão legal, os exames psicotécnicos ainda são realizados por terceiros, mediante convênio, constituindo inexplicável fonte de evasão de dinheiros públicos, estimando-se que os lucros auferidos pela instituição que realiza o serviço ascenderam, em 1973, a mais de Cr\$ 150.000.000,00 provando vantagens inclusive financeiras na implantação de serviço próprio no Departamento de Trânsito do Estado.

Em que pese o elevado conceito da Instituição delegada, que é a Universidade Católica do Paraná, tem-se notado deficiências no serviço, algumas delas de difícil compreensão. É o caso, por exemplo, do elevado índice de reprovações de candidatos, seguidas de segundos exames, com resultados positivos. Isto é: o candidato, reprovado em teste, paga novas taxas, submete-se a um segundo exame e, milagrosamente, supera as deficiências que o reprovaram dias antes.

Mesmo sem entrar em considerações maiores sobre o serviço prestado, entretanto, os argumentos de interesse do Estado, e de oportunidade, agora que o Departamento de Trânsito não tem mais como incumbência a política de trânsito da Capital, aconselham que assuma integralmente sua responsabilidade. É nesse sentido que formulamos a presente petição que, uma vez aprovada pela Casa, deve resultar em expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, apelando para que determine ao Departamento de Trânsito do Estado que se aparelhe, urgentemente, para realizar ele próprio os exames psicotécnicos no exercício de 1975.

Sala das Sessões, 27 de setembro de 1974.

(a) — Erondy Silvério

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 156/74

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública, a Sociedade São Vicente de Paulo, de Alto Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1974.

(a) — Fuad Nacli

JUSTIFICATIVA:

Ao apresentarmos o presente plano de Lei, contamos com a aprovação dos nobres Pares, visto o pretendido, que é declarar de utilidade pública, uma entidade com conotações sócio-religiosa, prestando assistência social aos menos favorecidos.

Anexo, ao presente, os Estatutos e outros documentos, o que virá evidenciar a pretensão deste Deputado.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não poderíamos, depois de uma luta de tantos anos, realizada em defesa da Região do Vale do Ivaí, em que a reivindicação prioritária era a ponte do Rio Ivaí, deixar de fazer este pronunciamento.

Em todas as reuniões, desde o início do nosso mandato, tivemos a oportu-

nidade de levar o Diretor Técnico do DER para uma reunião com a Associação dos Municípios do Vale do Ivaí, em que aquela Associação tomou a iniciativa de colocar, inclusive, engenheiros para o levantamento e, depois de tudo iniciado, ser paralisado com as constantes trocas de Diretores do DER e Secretários dos Transportes.

Foi com satisfação que vimos, hoje, a publicação no "O Estado do Paraná", notícia esta já dada em primeira mão ontem, por S. Exa. o Sr. Diretor Geral do DER, Dr. Paulo Aguiar, que havia se comprometido a baixar, um edital de concorrência da construção da Ponte do Rio Ivaí, cuja concorrência tomou o número 23/74 e o aviso de divulgação 77/74. Trata-se de uma ponte com 301 metros, da construção que vai atender uma vasta região, ligando São Pedro do Ivaí a São João do Ivaí. De São João do Ivaí a Fenix e Barbosa Ferraz, atendendo o escoamento para a cidade de Jandaia do Sul, atendendo Bom Sucesso, uma região com 460 mil habitantes.

E esta a maneira que o Governo procura oferecer melhores condições aos agricultores daquela região, como vem fazendo em outras partes do Estado.

E uma maneira de facilitar o barateamento dos transportes, para que possa o seu produto chegar aos grandes centros, mais baratos, mas sem prejuízo da economia daqueles que produzem.

E, nestas condições, estamos apresentando hoje um Requerimento de congratulações a S. Exa. o Sr. Governador do Estado e ao Diretor do DER, pela iniciativa.

Queremos também apresentar os nossos agradecimentos ao Sr. Governador pela ligação da Central Telefônica na cidade de São Pedro do Ivaí, Central que estava programada para a inauguração no mês de maio do corrente ano e só veio acontecer na semana passada. Isso vem demonstrar o zelo e o cuidado que tem tido a TELEPAR, o Governo do Estado, não apressando a sua inauguração, e que só passará a funcionar em definitivo depois de vários testes, sem fazer o que se fazia antigamente: dava início a uma obra na época de política e paralisava em seguida.

Estamos vendo com satisfação, e foi com muita euforia que nós podemos notar o semblante do povo de São Pedro do Ivaí quando lá estivemos no dia em que foi ligado o telefone naquela cidade.

Estamos apresentando dois Requerimentos, nos seguintes termos: (Lê)

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa seja consignado em Ata um Voto de Regozio ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, em virtude de ter sido expedido o Edital de Concorrência pertinente à execução de projeto de uma ponte de concreto pretendido na Rodovia Extra Plano trecho Bom Sucesso - Entroncamento, sobre o Rio Ivaí. A referida obra de arte terá uma extensão de 301 metros, sendo uma das maiores já realizadas no Estado, e faz parte da ligação São Pedro do Ivaí - São José do Ivaí. Essa notícia é motivo de júbilo para toda a população do Vale do Ivaí pela importância de que a mesma se reveste.

Sala das Sessões, em 1.º de outubro de 1974.

(a) — Gilberto Carvalho

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa seja consignado em Ata um voto de Regozio ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Presidente da TELEPAR, pelo fato de ter sido colocado em operação o novo sistema urbano e interurbano de telecomunicação de São Pedro do Ivaí.

Sala das Sessões, em 1.º de outubro de 1974.

(a) — Gilberto Carvalho"

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Lei Federal exige o exame psicotécnico como condição "sine qua non" para obtenção da habilitação de motorista profissional e amador. O Diretor do Detran, na época em que foi baixada essa lei, achou que o Detran estava despreparado, tanto em material como em pessoal, para a realização dos referidos testes. Isso foi há 3 anos. Com a autorização do Sr. Governador do Estado, o Detran firmou convênio com a Universidade Católica para que essa adquirisse o equipamento necessário para a realização do teste. Na oportunidade, a medida foi muito eficaz, porque realmente havia um total despreparo do Detran para a realização dos mencionados exames psicotécnicos. Mas, hoje, já não se justifica mais, porque decorreram 3 anos e observa-se a total omissão do Governo no assunto. O Governo do Estado não cuidou de preparar pessoal capacitado e de adquirir um instrumental necessário para que o Estado com é de seu dever, passasse a realizar esses testes nos candidatos a motorista.

O que se está observando é uma evasão das rendas do Estado da ordem de 150 bilhões anuais, que o Estado deixa de arrecadar anualmente, em virtude de não realizar, ele próprio, como é de seu dever o exame psicotécnico.

Ainda acresce outra circunstância, que as pessoas que são reprovadas no primeiro teste, inexplicavelmente, 15 dias após, pagam a nova taxa de inscrição para o exame e o defeito desaparece, não há mais óbice nenhum e o candidato sempre é aprovado no segundo exame a que se submete.

Não vai nisso nenhuma alegação de que a Universidade Católica usa de má fé, usa de outro expediente no cumprimento do convênio que tem com o Detran para a realização do exame psicotécnico, mas que é de se estranhar, é. Porque candidatos que são reprovados por defeitos, às vezes, insanáveis, após o segundo teste, geralmente são aprovados.

Então, o apelo que encaminhamos ao Sr. Governador do Estado, agora que o Detran tem nova direção, é para que o Governo do Estado determine com urgência que o Detran se equipe, tanto com material como com pessoal, para que ele próprio realize esses exames. Então essa taxa que é cobrada reverterá em sua totalidade para aquele órgão, em benefício de um melhor equipamento, em benefício da segurança do povo, porque sabemos que o Detran só poderá oferecer segurança quando estiver devidamente equipado.

O segundo assunto, que me traz à Tribuna, é que estamos encaminhando ao Sr. Governador do Estado um pedido de informações. Não vou entrar no mérito do que a imprensa noticiou a respeito das vacinas contra meningite. Não vou entrar no mérito, quero que fique consignado na Ata que não tenho nada com o que noticiou a imprensa e também não tomo partido nem de um lado nem de outro. Não sei se as vacinas eram reais ou não, não sei como foram ministradas; apenas o que interessa ao povo do Paraná saber, é, porque as vacinas foram adquiridas com o dinheiro do povo, o seguinte: o Sr. Secretário da Saúde divulgou uma nota oficial, dizendo que foram furadas, desviadas, roubadas 2.500 doses de vacina contra a meningite. E para

apurar a responsabilidade desse desvio, nomeou uma Comissão de Inquérito. Hoje, vem à imprensa da Capital o Chefe da Divisão Técnica da Saúde Pública afirmar que houve precipitação na informação dada pelo Exmo. Sr. Ivan Beira Fontoura sobre o desaparecimento das vacinas, visto que o lote está intacto. Com quem está a verdade? Ou o Secretário de Saúde está mentindo ou o Chefe da Divisão Técnica é que está mentindo. O povo precisa saber porque as vacinas foram adquiridas com o dinheiro do povo para serem ministradas a uma população apavorada com a crescente onda de contaminação de meningite. O povo esperava que o Governo tomasse providências e adquirisse as vacinas salvadoras para tranquilidade de toda a população. Essas providências foram tomadas porque um lote de vacinas contra a meningite foram adquiridas para serem aplicadas primeiramente nas zonas onde estava se verificando maior incidência de meningite. Justamente, nessa ocasião, é que vem o Sr. Secretário da Saúde afirmar, pela imprensa, que 2.500 doses de vacinas haviam desaparecido. Três ou quatro dias após vem o Chefe da Divisão Técnica dizer que o Secretário da Saúde está mentindo. Ele não disse diretamente que o Secretário estava mentindo, mas afirmou que houve precipitação. Ele, em termos mais elegantes e educados, disse que o Secretário da Saúde mentiu à opinião pública. Isto não é brincadeira de criança, trata-se de um Secretário de Estado, de um Governo responsável como é o Governo do Sr. Emílio Gomes. O Sr. Governador Emílio Gomes tem o dever de vir à público esclarecer quem é que está mentindo, se o Secretário da Saúde ou se o Chefe da Divisão Técnica. O povo precisa saber a verdade. Essas vacinas foram adquiridas com o dinheiro do povo e ele deve saber o destino que foram dadas a todas essas doses adquiridas pelo Governo do Estado.

Como disse no início não vou entrar no mérito dos noticiários anteriores. Não quero saber quem aplicou ou quem deixou de aplicar as vacinas. O povo precisa saber e o Governador Emílio Gomes está no dever de vir à público e explicar o que ocorreu, porque o dinheiro utilizado para adquirir essas vacinas é do povo e com dinheiro do povo não se brinca. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 31 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoio. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 116/74, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 44/74, que visa estabelecer nos termos da Legislação Federal Específica, novos níveis para as Alíquotas do I.C.M. (Imposto de Circulação de Mercadorias) a partir do exercício financeiro de 1973. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 115/74, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 43/74, que objetiva criar os cargos que especifica, no Quadro Próprio do Magistério da Secretaria da Educação e Cultura. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 286/73, de autoria do Dep. Antônio Lopes Júnior, que declara de Utilidade Pública o Serviço de Obras Sociais de Guarapuava "S.O.S.", com sede na cidade de Guarapuava. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 88/74, de autoria do Dep. Ivo Thomazoni, que declara de Utilidade Pública a "Fundação Casa do Adolescente", com sede e foro nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 34/74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 163/74, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Saúde, objetivando o Estabelecimento do Sistema Nacional da Vigilância Epidemiológica. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 34/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 08 de março de 1974, entre o Governo do Estado e o Ministério da Saúde, objetivando o estabelecimento do Sistema Nacional da Vigilância Epidemiológica.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 02 de setembro de 1974.

Fabiano Braga Côrtes — Presidente

Ovidio Franzoni — Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA P A R E C E R

A PROPOSIÇÃO N.º 163/74 — Mensagem Governamental n.º 47/74

1 — A presente proposição constitui-se da Mensagem Governamental n.º 47/74, encaminhando a esta Casa, para os fins constitucionais, cópia autêntica do Convênio celebrado em 08 de março de 1974, entre o Governo do Estado e o Ministério da Saúde, objetivando o estabelecimento do Sistema Nacional da Vigilância Epidemiológica.

2 — Referido Convênio encontra amparo legal no art. 47, inciso IX, da Constituição Estadual, cabendo a esta Casa referendá-lo na forma do art. 22, inciso VII, da mesma Constituição, o que ora fazemos na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02 de setembro de 1974.

Fabiano Braga Côrtes — Presidente

Ovidio Franzoni — Relator

(Ass. ilegíveis)

#### MENSAGEM 47/74

Senhor Presidente.

Curitiba, 26 de julho de 1974

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia do Convênio celebrado em 8 de março de 1974, entre o Ministério da Saúde e o Governo do Estado do Paraná, objetivando o estabelecimento do Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

EMÍLIO GOMES  
Governador do Estado

Termo de convênio celebrado entre o Ministério da Saúde e o Governo do Estado do Paraná, para o estabelecimento do Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica.

Aos oito (8) dias do mês de março do ano de mil novecentos e setenta e quatro (1974) no Gabinete do Ministro da Saúde, presentes, de um lado, o Ministério da Saúde, representado pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado Doutor Mário Machado de Lemos, com a participação da Secretaria de Saúde Pública, representada pelo seu Secretário, Ilustríssimo Senhor Doutor Nelson Luiz de Araújo Moraes, e da Divisão Nacional de Epidemiologia e Estatística da Saúde, neste ato representada pelo seu Diretor, Ilustríssimo Senhor Doutor Vinicius Wagner, e, de outro lado o Governo do Estado do Paraná, por intermédio do respectivo Secretário de Saúde, Excelentíssimo Senhor Doutor Ivan Beira Fontoura, resolveram celebrar o presente convênio, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA I — CONVENÇÕES — Ficam convencionadas as designações de "Ministério" para o Ministério da Saúde, de "Divisão" para a Divisão Nacional de Epidemiologia e Estatística da Saúde, de "Governo" para o Governo do Estado do Paraná e de "Secretaria" para a Secretaria de Saúde do Estado do Paraná.

CLÁUSULA II — OBJETO — O presente Convênio tem por objetivo a estruturação do Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica.

CLÁUSULA III — OBRIGAÇÕES DO MINISTÉRIO — O Ministério, assume as seguintes obrigações:

- atuar através da Divisão como órgão central do Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica;
- auxiliar, técnica e financeiramente, a Secretaria na organização e funcionamento do sistema estadual de vigilância epidemiológica, nos limites fixados atualmente nos Planos de Distribuição e Programas de Trabalho, aprovados pelo Ministro de Estado da Saúde;
- prestar assessoria técnica especializada através de consultores e supervisores designados para esse fim;
- proporcionar assistência supletiva, através de fornecimento de material permanente, e equipamentos, impressos padronizados e outros, de acordo com as disponibilidades financeiras, observada a Legislação em vigor;
- realizar programas de capacitação de pessoal de todos os níveis necessários nas atividades desenvolvidas pela Unidade de Vigilância Epidemiológica do Estado;
- padronizar e fornecer à Secretaria os formulários e modelos para registro e informação das atividades desenvolvidas pela Unidade de Vigilância Epidemiológica do Estado.

CLÁUSULA IV — OBRIGAÇÕES DO GOVERNO — O Governo, através da Secretaria, assume as seguintes obrigações:

- criar a Unidade de Vigilância Epidemiológica na estrutura organizacional da Secretaria, propiciando-lhe os recursos financeiros, materiais e humanos necessários ao seu funcionamento;
- organizar e manter um registro regular de casos de doenças notificáveis, conforme estabelecido pelo Ministério, abrangendo todo o Estado;
- elaborar o Programa de Vigilância Epidemiológica do Estado, submetendo-o ao Ministério, dentro do primeiro trimestre de cada ano;
- adotar as normas técnicas recomendadas pelo Ministério;
- enviar, mensalmente, ao Ministério, os relatórios estatísticos de produção e técnicos referentes as investigações epidemiológicas e estudos especiais realizados, bem como, semanalmente, os modelos de notificação de doenças transmissíveis.

CLÁUSULA V — AÇÃO CONJUGADA — A Divisão e a Secretaria conjugarão esforços, objetivando obter maior produtividade, economia nos gastos, evitar a dispersão de esforços e a repetição de ações e possibilitar maior harmonia e coerência nas ações de que trata este Convênio.

CLÁUSULA VI — VIGENCIA E PRORROGAÇÃO — O presente convênio vigorará pelo prazo de um (1) ano, a partir da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado, por prazos iguais e sucessivos, caso não haja manifestação em contrário de uma das partes, antes do termo fixado, podendo ainda ser modificado, a qualquer tempo, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA VII — RESCISÃO E RESILIÇÃO — O presente convênio poderá ser rescindido pelo inadimplemento de suas cláusulas e condições ou resilição pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou por mútuo consentimento mediante manifestação por qualquer das partes, com antecedência mínima de noventa (90) dias, da data fixada para a extinção de sua vigência.

E, por estarem acordes, depois de lido, aceito e achado conforme foi o presente convênio assinado pelas partes supramencionadas em presença das testemunhas abaixo, dele se extrairam cópias para sua publicação e execução.

Mário Machado de Lemos — Ministro da Saúde

Ivan Beira Fontoura — Secretário de Saúde do Estado

Nelson Luiz de Araújo Moraes — Secretário de Saúde Pública

Vinicius Wagner — Diretor da Divisão Nacional de Estatística e

Epidemiologia da Saúde

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 212/73, de autoria do Dep. Gilberto Carvalho, que dispõe sobre a transferência de área territorial de um

para outro Município, desde que se comprove benefícios para a respectiva área e o município remanescente não perca os requisitos exigidos pela Lei Federal e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

**PROJETO DE LEI N.º 212/73**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — A lei poderá transferir área de território, de um para outro município, desde que se comprove benefício para a respectiva área e o município remanescente não perca os requisitos mínimos exigidos pela Lei Federal, e será sempre precedida de plebiscito.

§ 1.º — O processo de transferência de área, referido neste artigo, terá início com representação dirigida à Assembléia Legislativa, subscrita por cem (100) eleitores residentes e domiciliados na respectiva área, com as firmas reconhecidas, e atestado de residência ou de domicílio expedido pela Delegacia de Polícia local, e será acompanhada de mapa descritivo das divisas, segundo linhas geodésicas entre pontos bem identificados ou seguindo acidentes naturais.

§ 2.º — A forma de realização de plebiscito, para os fins deste artigo, será a mesma que a estabelecida para a criação de município.

§ 3.º — A prova de que o município remanescente não perde os requisitos mínimos, será feita pelos interessados ou requisitados pela Assembléia, mediante os documentos exigidos pela Lei Federal para a criação de municípios.

§ 4.º — A prova do benefício para a área, objeto da transferência, será feita pelos interessados, na representação a que se refere o § 1.º, deste artigo.

Art. 2.º — A Assembléia Legislativa ouvirá as Câmaras Municipais e os Prefeitos dos municípios afetados pela transferência de área territorial, no prazo máximo de 30 dias, findo o qual o silêncio importará em consentimento.

Parágrafo único — A deliberação das Câmaras, na hipótese deste artigo, depende do voto da maioria absoluta dos seus membros.

Art. 3.º — Instruído o processo, a Assembléia deliberará sobre a realização do plebiscito.

Art. 4.º — Se o resultado do plebiscito for favorável à transferência, pelo voto da maioria absoluta dos eleitores, a Assembléia Legislativa disporá representação.

Art. 5.º — Da proclamação do resultado do plebiscito, pela autoridade judiciária, cabe recurso dentro de cinco dias para a Assembléia Legislativa, sob o fundamento de fraude ou coação, interposto por quinze eleitores, no mínimo.

§ 1.º — A Assembléia decidirá sobre o recurso, no prazo máximo de 15 dias úteis.

§ 2.º — Na falta de deliberação dentro do prazo estabelecido no parágrafo anterior, ter-se-á o recurso como recusado, não correndo o prazo nos períodos de recesso da Assembléia.

§ 3.º — Provido o recurso, será autorizada a realização de novo plebiscito.

Art. 6.º — As transferências de área territorial, de que trata esta lei, só poderão ser feitas quadrienalmente, no ano anterior ao da eleição municipal.

Art. 7.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, de setembro de 1973.

(a) Gilberto Carvalho

**JUSTIFICAÇÃO:** O presente projeto visa cumprir uma lacuna da Lei Orgânica em vigor. A matéria é daquelas sobre as quais a Assembléia é mais frequentemente chamada a opinar, tendo em vista que a atual divisão administrativa do Estado está evadida de erros. Os conflitos e imprecisões existentes nas divisas, somados à falta de critérios geo-econômicos e históricos na delimitação de inúmeros municípios ensejam a necessidade de transferir áreas de um para outro município.

A esfera de competência para a iniciativa em foco é própria do Estado. Efetivamente a Lei Federal Complementar n.º 1, esgotou a competência para a criação de municípios, porém as "suas alterações territoriais" (art. 6.º), por força do relacionamento constitucional existente entre as unidades federadas e a União, consubstanciando no § 1.º, do art. 13, da Carta Magna, podem ser assumidas tranquilamente pelo Estado.

Fis a finalidade e o fundamento jurídico da iniciativa.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 212/73**  
**Autor: — Dep. GILBERTO CARVALHO**

Submete à apreciação da Casa o ilustre Deputado Gilberto Carvalho, Projeto de Lei, ora em exame nesta Comissão, que estabelece o rito processual para a transferência de áreas territoriais de um município para outro.

Cuida, assim, o autor da proposição, de matéria sobre as quais a Assembléia é mais frequentemente chamada a opinar, como ele próprio acentua na justificação apresentada.

Com efeito, a Lei Orgânica dos Municípios, atualmente em vigor, inexplicavelmente silenciou sobre assunto de grande relevância num Estado como o nosso, cuja divisão territorial-administrativa tem muitos equívocos e distorções. A solução disso está na aprovação do presente Projeto, que está constitucionalmente amparado pelo parágrafo 1.º, do art. 13, da nossa lei maior.

Pela aprovação.

E o parecer.

Sub-censura

Sala das Comissões, em 1.º de abril de 1974.

Antonio Franco — Presidente

Quielso Crisóstomo — Relator

(Ass. ilegíveis)

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI N.º 212/73**  
**VOTO EM SEPARADO**

O ilustre Deputado Gilberto Carvalho submete à apreciação da Casa um bem elaborado projeto de lei, cuja finalidade é a de disciplinar as transferências de áreas de um para outro município, no sentido de permitir a correção de distorções existentes na divisão administrativa do Estado.

Funda-se o projeto em dispositivo constitucional federal, mais especificamente no § 1.º, do Art. 13, que estabelece a repartição de competências entre a União e os Estados federados, pelo qual o resíduo proveniente da lei Complementar Federal n.º 1, de 1969, legitimaria a concretização da norma.

Não obstante a alta finalidade e a fundamentação jurídica da iniciativa, algumas dúvidas surgiram nas convicções do signatário.

Dai o requerimento de vista do processo, deferido pelo nobre Presidente.

Com efeito, examinando mais detidamente a matéria à luz dos dispositivos constitucionais, institucionais e legais, aquelas dúvidas não só não se dissiparam como se robusteceram.

É fácil demonstrar. Primeiramente, a Constituição Federal, ao longo de seu texto, não faz qualquer menção à figura legal permissiva da transferência de área. Em segundo lugar, a Lei Complementar Federal n.º 1, de 1969, que esgota a questão da criação de municípios, da mesma forma, não versa matéria dessa ordem. Por último, a Carta Estadual não acrescenta absolutamente nada à vacância normativa antes indicada, no que é limitada pela recente lei orgânica dos municípios.

Sobre toda essa intencional omissão legiferante, há que se acrescentar a evidente preocupação do Governo Revolucionário em evitar alterações no "status quo" territorial-administrativo, consubstanciado no Ato Complementar n.º 49, em pleno vigor.

Acrescente-se a esse rol de objeções de feito legal e institucional, a avalanche de pedidos de transferências que se abaterá sobre este Poder, muitos dos quais nem sempre escorados em pretensões legítimas, que dificilmente terá condições técnicas e operacionais para separar uns dos outros, em pura perda para municípios e Estado.

Por tudo o que se alinhou, nesta oportunidade, entendo que a matéria não deve merecer, pelo menos agora, aprovação desta Comissão e da própria Casa.

E o meu voto.

Sala das Comissões, em 1.º de abril de 1974.

(a) Paulo Camargo

**COMISSÃO DE FINANÇAS**

**P A R E C E R ao**

**PROJETO DE LEI N.º 212/73**

Iniciativa do eminente Deputado Gilberto Carvalho, o Projeto de Lei ora em exame, pretende estabelecer o rito processual para a transferência de áreas territoriais de um município para outro.

Examinada a matéria sobre sua viabilidade financeira, que é a competência desta Comissão, cheguei à conclusão que a mesma está em condições de ser aprovada.

E o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 15 de maio de 1974.

Quielso Crisóstomo — Presidente

João C. Fadel — Relator

**1.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 78/74, de autoria do Dep. Jorge Sato, que acrescenta ao artigo 59 da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, o parágrafo que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

**PROJETO DE LEI N.º 78/74**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**Decreta:**

Art. 1.º — O artigo n.º 59 da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, fica acrescido do seguinte parágrafo: "Parágrafo 5.º — Ocorrendo qualquer catástrofe de caráter individual, como incêndio, ou de caráter geral, como inundações, ou outras calamidades semelhantes, o valor do crédito tributário relativo ao I.C.M., será parcelado em prestações iguais, sem incidência de juros e correção monetária, tendo em vista a situação socio-econômica da empresa devedora.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1974.

(a) Jorge Sato

**JUSTIFICAÇÃO:**

O presente Projeto, se transformado em Lei, virá sanar imperdoável lacuna da Lei do I.C.M.

Providência semelhante tomou o Senhor Ministro da Fazenda, ao conceder parcelamento aos créditos fiscais oriundos do imposto sobre a renda, aos flagelados atingidos pelas recentes inundações na cidade de Tubarão - Santa Catarina. Esse parcelamento foi concedido sem reajuste.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PARECER AO**  
**PROJETO DE LEI N.º 78/74**

**NO MÉRITO**

É de alta relevância a matéria em questão, pois, como a própria justificativa, o indica, vem sanar lacuna existente na legislação atinente ao I.C.M. Não colidindo com qualquer preceito de ordem legal, somos pela aprovação.

Sala das Comissões, em 2 de setembro de 1974.

Fabiano Braga Côrtes — Presidente.

Antônio Lopes Júnior — Relator.

(Ass. ilegíveis)

**COMISSÃO DE FINANÇAS**

**PARECER AO**

**PROJETO DE LEI N.º 78/74**

De autoria do ilustre Deputado Jorge Sato, o Projeto de Lei em exame acrescenta ao artigo n.º 59, da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, um parágrafo.

A matéria é oportuna porque aprimora a Lei do I.C.M.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 10 de setembro de 1974.

Quielso Crisóstomo — Presidente.

Quielso Crisóstomo — Relator.

(Ass. ilegíveis)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Maurício de Andrade. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Marciano Baraniuk, constante do Expediente solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Maurício de Andrade. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Maurício de Andrade. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Arizone Araújo, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Tertuliano Chaves. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, lido da Tribuna, solicitando voto de regozijo ao Sr. Governador do Estado e Presidente da TELEPAR, pelo fato de ter colocado em operação o novo sistema urbano e interurbano de comunicação de São Pedro do Ivaí. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, lido da Tribuna, solicitando voto de regozijo ao Sr. Governador do Estado e Diretor do D.E.R., em virtude de ter sido expedido Edital de Concorrência, pertinente à execução de projeto de uma ponte de concreto pretendido na Rodovia Extra Plano trecho Bom Sucesso-Entroncamento, sobre o Rio Ivaí. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, apelando no sentido de que se digre determinar ao Departamento de Trânsito do Estado, para que aparelhe o referido Departamento, a fim de ele próprio realizar os exames psicotécnicos no exercício de 1975. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Governador do Estado, pedido de informações referente ao desvio ou desaparecimento de doses de vacinas, conforme nota oficial divulgada pelo Sr. Secretário de Saúde Pública. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo à Igreja Evangélica Avivamento Bíblico pela inauguração de seu templo em Cornélio Procopio. — **Aprovado.**

Esta Presidência convoca os Srs. Deputados para comparecerem dia 3 do

corrente mês, às 15,00 horas, à Sessão Especial de eleição do Sr. Governador do Estado e Vice-Governador, na forma constitucional.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para dia 2, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA.

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 286/73 e 88/74.

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.º 34/74 e de Lei nrs. 212/73 e 78/74.

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.º 22/74 e de Lei nrs. 270/73 e 58/74.

Marcando ainda, uma Sessão para quinta-feira, dia 3, às 10,00 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDACÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei nrs. 233/63, 47/74, 64/74, 91/74, 135/74 e 116/74.

Levanta-se a Sessão.

#### ATAS DAS COMISSOES:

#### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

#### ATA DA 3.a REUNIAO ORDINARIA

#### 4.a SESSÃO LEGISLATIVA — 7.a LEGISLATURA

Aos trinta dias do mês de setembro do ano de hum mil novecentos e setenta e quatro, reuniu-se a Comissão de Saúde Pública, na Sala das Comissões, com a presença dos senhores Deputados: Arizone M. de Araújo, Haroldo Bianchi, Xenofonte Villanueva, David Federmann e Domicio Scaramella.

Havendo número legal, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da sessão anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde foi relatado o seguinte Projeto de Lei n.º 130/74, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 51/74, ante-projeto de Lei Complementar que dispõe sobre o "Código Sanitário". Relator: Deputado Haroldo Bianchi. Parecer: Favorável. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu, Elza Carneiro Camargo, Secretária, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, é por mim assinada, bem como pelo senhor Presidente, a fim de que produza os efeitos legais.

a) Arizone Mendes de Araújo — Presidente.

a) Elza Carneiro Camargo — Secretária.